



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO EM CIÊNCIAS E SAÚDE (PPGECS)

JÚLIA FEITOSA COSTA

**A CRIAÇÃO DA ESCOLA DA SERRA: COMO LIDAR COM OS LIMITES
FORMAIS**

Palmas, TO
2023

Júlia Feitosa Costa

A criação da escola da serra: como lidar com os limites formais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Ensino em Ciências e Saúde.

Orientador: Dr. José Lauro Martins

Palmas, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F311c FEITOSA COSTA, JÚLIA.
A CRIAÇÃO DA ESCOLA DA SERRA: COMO LIDAR COM OS
LIMITES FÓRMAIS. / JÚLIA FEITOSA COSTA. – Palmas, TO, 2023.
81 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Ensino em Ciências e Saúde, 2023.
Orientador: José Lauro Martins

1. Formalidades. 2. Escola da Serra. 3. LDB 9.394/96. 4.
Educação. I. Título

CDD 372.35

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS
COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENSINO EM CIÊNCIAS E SAÚDE

Quadra 109 Norte, Avenida NS-15, ALCNO-14 | CEP 77001-090 |
Palmas/TO
ppgecs@uft.edu.br



ATA DE DEFESA N.º 27/2023/COL/PPGECS/CUP/UFT

Ata da sessão pública de Defesa de Dissertação de Mestrado, no Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Saúde-PPGECS/UFT da aluna **Júlia Feitosa Costa**, intitulada **A criação da escola da serra: Como lidar com os limites formais**, como requisito parcial para a obtenção do grau mestre em **Ensino de Ciências e Saúde**. A sessão foi realizada dia 11 de setembro de 2023, a partir das 09 horas, no Laboratório do Programa, Bloco III, Campus Palmas, em modo híbrido e teve como Comissão Avaliadora os seguintes membros: **Prof. Dr. José Lauro Martins – Orientador (UFT)**; **Prof. Dr. Luiz Sinésio Neto - Examinadora Interna (UFT-PPGECS)**; **Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior (UFT/UFF-PGCTIN) - Examinador externo**. Após o encerramento da sessão, a Comissão considerou a dissertação **aprovada**.



Documento assinado eletronicamente por **José Lauro Martins, Servidor(a)**, em 18/09/2023, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, Coordenador(a)**, em 27/09/2023, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Sinésio Silva Neto, Servidor(a)**, em 04/10/2023, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.uft.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0187153** e o código CRC **92B24A2F**.

*Dedico a Deus e a todos aqueles que
contribuíram com este processo.*

AGRADECIMENTOS

O caminhar de cada fase é composto por diversos autores, a este gostaria de inicialmente agradecer a Deus por ter me sustentado até aqui, sem a fé nada seria possível.

Agradeço ao meu orientador, que soube me conduzir com imensa maestria, sem deixar em nenhum momento as angústias e demais elementos adversos interferir, sendo sempre presente. A missão de docente é um dom pelo o qual venho construindo, e com certeza um dos meus maiores exemplos de ser humano e profissional.

A minha família e amigos que participaram direta e indiretamente neste processo, me fortalecendo quando necessário e por muitas vezes exercendo meu papel em casa para jamais deixar nada faltar, vocês são incríveis.

Por fim, a minha querida e amada Maria que desde ao meu ventre foi meu principal estímulo contínuo em jamais desistir, seja pela dificuldade em si ou talvez pela simples vontade de estar contigo.

Acredito que todo espetáculo tem por trás diversos personagens que fazem com que apresentação aconteça sem falhas, e a todos vocês meu muito obrigado

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

Paulo Freire

(Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987).

RESUMO

A presente pesquisa tem como propósito abordar sobre os mecanismos utilizados pela a Escola da Serra, por ter uma abordagem inovadora na forma de ensino, respeitando os ditames legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de número 9394/96. Ao longo dos tempos diversos pesquisadores vêm abordando a necessidade de uma nova educação com outros mecanismos de aprendizagem, podendo ser citado David Ausubel que acredita que a forma de aprender não necessita do ensino tradicionalista. Acontece que na maioria das vezes o empecilho para mudança alegada por muitos profissionais da educação é que a legislação impede aplicação de um ensino disruptivo, impondo às instituições de ensino práticas restritivas como carga horária, currículo engessado, sala de aulas tradicionalistas e entre outros motivos. Acontece que tem se avançado quanto aos estudos, principalmente concernente a esta implementação necessária e urgente de um novo ensino. A presente pesquisa tenha sido baseada em uma pesquisa qualitativa, baseada em uma metodologia exploratória e bibliográfica, visando avaliar quais as peculiaridades pedagógicas e jurídicas usadas pela a Escola da Serra, e como conseguiu se constituir e ter sua funcionalidade por tanto tempo. Possuindo como principais resultados obtidos e a permissão legal de funcionamento de escolas disruptivas desde que seja dado publicidade por meio do projeto pedagógico e regimento escolar próprio sobre as modalidades a serem desempenhadas, devendo ser de fácil acesso aos pais, alunos, profissionais e órgãos públicos.

Palavras-Chave: Formalidade. Escola da Serra. LDB 9394/96. Ensino disruptivo. Educação.

ABSTRACT

The purpose of this research is to address the mechanisms used by Escola da Serra, as it has an innovative approach to teaching, respecting the legal dictates of the Education Guidelines and Bases Law number 9394/96. Over time, several researchers have addressed the need for a new education with other learning mechanisms, including David Ausubel who believes that the way of learning does not require traditionalist teaching. It turns out that most of the time the obstacle to change alleged by many education professionals is that legislation prevents the application of disruptive teaching, imposing restrictive practices on educational institutions such as workload, rigid curriculum, traditionalist classrooms and other reasons. It turns out that progress has been made in terms of studies, mainly regarding this necessary and urgent implementation of a new teaching. This research was based on qualitative research, based on an exploratory and bibliographic methodology, aiming to evaluate the pedagogical and legal peculiarities used by Escola da Serra, and how it managed to establish itself and have its functionality for so long. The main results obtained are the legal permission to operate disruptive schools, as long as publicity is given through the pedagogical project and its own school regulations on the modalities to be carried out, and it must be easily accessible to parents, students, professionals and public bodies.

Keywords: Formality. Serra School. LDB 9394/96. Disruptive teaching. Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA	13
3 CONDICIONANTES FILOSÓFICOS EDUCACIONAL	15
4 ENSINO CONTEMPORÂNEO E SUAS NECESSIDADES	23
5 ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DA SERRA	32
5.1 Porquê estudar a escola da serra	32
5.2 Autorizações legais	32
5.3 Fundamentos epistemológicos	37
5.4 Do ensino especial	41
5.5 A ética	42
5.6 Organização escolar	45
5.7 Matriz curricular	47
5.8 Ciclos: estratégia de organização	50
5.9 O papel do tutor na escola da serra	53
5.10 Perfil dos profissionais	55
5.11 Comunidade escolar	57
5.12 Parte prática - o agir da Escola da Serra	60
5.13 Aprendizagem significativa: um processo em 6 etapas	61
5.14 Exercício da autoridade	65
5.15 Estrutura funcional e formas de participação	66
5.16 Admissão dos alunos	69
5.17 Classificação e reclassificação	70
6 CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

Quando estava organizando o projeto de pesquisa com a intenção de trabalhar a questão da Inovação pedagógica tive acesso a um vídeo da escola da Serra que nos chamou atenção afinal o que estava em discussão era exatamente o que o professor Sérgio Godinho já anunciava que acontecia na escola da Serra. Veio então o questionamento como é possível estruturar uma escola sem salas de aulas tradicionais sem provas tradicionais e sem turma como tradicionalmente são organizadas as escolas na educação brasileira e mesmo assim respeitando a legislação.

Surge como ponto de ancoragem para construção do projeto a Escola da Serra, por ser uma escola com parâmetros inovadores que já vem funcionando desde 2004 trazendo aspectos que focam no processo de aprendizagem dentro ou fora do ambiente escolar, afastando carga horária extensa, grade curricular que não influencie na construção do acadêmico como ser democrático de direito, dando importância aos ciclos de aprendizagem e fazendo com que as avaliações sejam úteis e não como ferramenta repressiva.

Estes aspectos inovadores e disruptivos, trazem para a educação tradicional e rompe de maneira radical com o que vem sendo ofertado pela maioria das instituições escolares. Para justificar essa afirmação, pode ser visto mediante seu regimento pedagógico que determina a ausência de uniformes, carteiras, séries, etapas, turmas, notas, aulas em que o que se busca e o aprendizado de forma intensa, amistosa, colaborativa construindo um indivíduo sensível, criativo e democrático (Oliveira, 2021).

Tendo em vista os argumentos apresentados, ver-se a importância de estudar a escola da serra diante da legislação existente, exatamente por trazer indícios de transição que rompe com o que é previsto e aplicado na atualidade com base da Lei de Diretrizes e Bases da Educação número 9.394/96, esta que por sua vez estabelece horas mínimas de aula, dias letivos anuais, currículos com base nacional comum, avaliação contínua e cumulativa, controle de frequência entre outras limitações (Brasil, 1996).

A presente pesquisa possui como principal problemática as peculiaridades pedagógicas e jurídicas da Escola da Serra, por isso questionamos como foi possível a sua constituição?

Tem-se como tal problema a ser dirimido em virtude da Escola da Serra, que, mesmo devidamente regulamentada, possui uma proposta que consideramos inovadora das demais escolas. Como foi dito, não possui uniformes, carteiras em fileiras, sem séries, etapas, turmas, notas e nem sala de aula. Porém de forma amistosa, afetuosa, criativa os alunos são intensamente instados a desenvolver o autoconhecimento e o objetivo central da escola da serra é construir a autonomia, desenvolver as habilidades de pesquisas e a responsabilidade para formar cidadãos democráticos.

Por sua vez, é válido ressaltar a importância de trabalhar aspectos de uma escola inovadora em função de existir ainda dentro do cenário educacional divergência de interpretações do real significado e aplicação prática do que seja inovar.

Desta forma, diante de tais fatos, verifica-se a importância e necessidade do desenvolvimento e estudo de tal tema que poderão incidir em futuros espelhos através da escola da Serra para potencializar o parâmetro educacional no tocante a uma educação inovadora.

Portanto, essa pesquisa justifica-se pela importância de compreender a escola da serra como um fenômeno de inovação pedagógica que, *a priori*, se posiciona no mercado educacional da região como uma proposta inovadora e disruptiva. Para a pesquisa optamos por uma pesquisa documental, para isso partimos de dois documentos básicos: o projeto da escola e a LDB.

No primeiro capítulo buscaremos desenvolver através de autores como Paulo Freire (1994, 1997, 2001), Mészáros (1988), Gilberto Freyre (1936) e entre outros autores que mediante suas teorias buscam desenvolver o porquê da emergência de se inovar a educação.

Já no segundo capítulo abordaremos sobre o ensino contemporâneo e suas necessidades, que visa dar continuidade ao primeiro capítulo. E, em consequência, trazer as epistemologias justificadoras do caminho da aprendizagem, sistema cognitivo e a importância do sistema atual em usar desta via para construir indivíduos autônomos e democráticos.

No terceiro capítulo em que se traz uma das principais partes a ser desenvolvida pela a pesquisa que seria avaliar a formalidade pelo o qual a tenha seguido a Escola da Serra. Procuramos desenvolver através da análise do projeto

pedagógico disponível do site eletrônico associados pela a legislações, em especial a LDB (lei de diretrizes e bases da educação).

Por fim, após avaliarmos os principais autores que agregam direta ou indiretamente a pesquisa. Tal como analisando os documentos sistematizados que de forma conjunta compõem a conclusão, que aponta sobre a possibilidade da criação de escolas disruptivas desde que sediadas por um bom regimento escolar, podendo este está integralizado dentro do próprio projeto pedagógico, cabendo ao gestor escolar juntamente com a equipe da unidade escolar proporcionar metodologias que possam alcançar os objetivos conforme as propostas pensadas com base no aluno, comunidade e perfil profissional dos professores.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e com objetivos descritivos, utilizando de procedimentos técnicos bibliográficos e documental, cujos dados foram coletados através de levantamento a partir do projeto pedagógico da Escola da Serra mediados pela a literatura atual sobre o processo de aprendizagem, escolas inovadoras, ensino democrático e a legislação aplicável. outros documentos destacados foram as publicações no site da escola, o livro do proprietário da escola e demais publicações sobre a escola na web.

O estudo temático foi iniciado com o levantamento de referência no google acadêmico e no portal de periódico da capes a partir dos seguintes descritores utilizados foram: educação, inovação e LDB (lei de diretrizes de bases da educação nacional). Para a organização da informação, houve inicialmente um filtro literário baseando-se no grau de relevância com a temática, prosseguindo por uma leitura flutuante, identificando os objetos, objetivos do estudo flexibilizando com possíveis conclusões expostas nos artigos selecionados, conforme quadro metodológico a seguir exposto:

Metodologia	Pesquisa exploratória e bibliográfica
Objetivos	<p><u>Objetivos gerais:</u> Descrever a estrutura jurídica e pedagógica da constitutiva de uma escola disruptiva (Escola da serra).</p> <p><u>Objetivos específicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os limites da LDB que desafiaram a Escola da Serra; ● Entender as aberturas legislativas possíveis para inovação pedagógica/institucional, e; ● Descrever os meios de autorização de funcionamento pela a Escola da Serra.
Problema	As peculiaridades pedagógicas e jurídicas da Escola da Serra, como foi possível a sua constituição?

Prática – Fases da pesquisa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Análise teórica mediante um filtro literário de quais obras literárias teriam relevância para o estudo; 2. <i>Leitura</i> flutuante entre obras literárias para realização de fichamentos dos tópicos que condizem com os objetivos da pesquisa; 3. Análise do projeto pedagógico da escola da Serra juntamente com a LDB, baseando-se por interpretações de autores como Pedro Demo (2008) e Moacir Carneiro (2012); 4. Conclusões a partir da análise literária e de interpretações normativas, e; 5. Bibliografia.
-----------------------------	--

Quadro metodológico.

A pesquisa é considerada exploratória tendo em vista com base no problema, e com o intuito de tornar mais claro os seus resultados, se fazendo necessário de uma metodologia que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato, principalmente por não existir doutrinas atualizadas sobre a lei de diretrizes e bases da educação, tal como pouco desenvolvimento científico sobre a temática desta pesquisa, assim como Selltiz (1967), destaca que na maioria das vezes a pesquisa exploratória pode se envolver também com levantamentos bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos circunstanciados que estimulem a compreensão, transformando neste trabalho uma pesquisa exploratória e bibliográfica.

Foi escolhida as técnicas de análise analítica descritiva e discursiva por permitir recolher dados que permitam descrever da melhor maneira possível comportamentos, atitudes, valores, situações e fatos. Para Moraes (1999, p. 191) a análise textual discursiva é um processo de auto organização na construção da compreensão em que os entendimentos emergem a partir de uma sequência recursiva com quatro focos distintos, sendo os três primeiros um ciclo metodológico, sendo elas a: desmontagem dos textos, estabelecimento de relações e captação de novo emergente, encerrando-se pela a fase final conhecida como processo auto-organizado no qual é compreendido pela a combinação dos elementos construídos ao longo da pesquisa.

Busca-se através deste estudo, diante da ausência de grande desenvolvimento teórico, conduzir com minuciosidades informações que sanem espaços doutrinários e ainda confusos no âmbito educacional, servindo para futuros trabalhos científicos, tal como para escolas que busquem aplicar um ensino disruptivo. Estes motivos justificam o fato de termos optado por uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica, por ser uma metodologia suficientemente capaz de demonstrar os possíveis caminhos iniciais dentro desta ausência teórica sobre a temática.

Os dados foram registrados em forma de fichamento de leitura, resultando em um compilado de informações sistematizadas que embasaram a elaboração deste trabalho. A pesquisa também possui fundamento epistemológico interpretativo na teoria de David Ausubel (1962), com a proposta de ensino baseado em uma aprendizagem significativa servindo como baliza para os questionamentos que fizemos mediante à proposta pedagógica da Escola da Serra (2023).

3 CONDICIONANTES FILOSÓFICOS EDUCACIONAL

A educação no Brasil nos últimos anos tem sido bastante questionada tanto no meio acadêmico quanto pela mídia. Além de tudo, a pandemia causada pelo Covid19, iniciada no Brasil em março de 2019, ajudou a expor ainda mais às críticas os resultados da educação, a estrutura das escolas e a formação dos professores. Bem, tudo isso nos desafia a mudança necessária para que atenda às demandas da sociedade contemporânea.

Até por volta da década de 1950 era aceitável o ensino através da memória e reprodução do conteúdo apresentado pelo professor. Para isso os alunos deviam permanecer por horas sentados em silêncio enquanto os professores reportavam a matéria em sala de aula, havia uma justificativa para essa estratégia, devia-se a escassez de material didático. Porém, com o passar dos anos as pesquisas na área da educação, o acesso tecnológico e o desenvolvimento social trouxeram outras formas de acesso aos conteúdos e os alunos atuais se interessaram menos pelas metodologias tradicionais.

Autores como Paulo Freire (1994, 1997, 2001), Mészáros (1988), Gilberto Freyre (1936) e entre outros, que já relataram a necessidade de serem realizadas grandes mudanças, que carece do aluno como centro principal capaz de construir

elementos exteriores para desenvolvimento dos novos conhecimentos adquiridos ao longo do estudo.

Neste viés, Pedro Demo destaca a importância de colocar o aluno como autor, sendo preciso que o estudante aprenda a questionar os conceitos e a construir o conhecimento, obviamente orientado pelos professores (Demo, 2005). Acrescenta ainda, que aulas tradicionais são completamente ao contrário do que se espera com a presença de um ensino adequado a sociedade contemporânea, este que pode proporcionar a qualidade necessária, já que pode romper com o tradicional desenvolvendo novos aspectos estudantis causando melhor aplicação dos conteúdos a serem desenvolvidos, com a efetiva participação do aluno.

Por sua vez, Tardif (2005, p. 70) para o modelo em vigência acredita ser necessário que melhore as interações dentro da relação professor e aluno, estes que possuem capacidade de agir sobre o mundo, seus projetos, necessidades e desejos positivamente quando estimulados adequadamente. Desta forma, o professor tem função maior por ter que exercê-la com mais consciência. Porém, não responsabiliza somente o professor, devendo ainda o papel da escola com ações efetivas para com os alunos.

Nesta linha, mesmo os renomados autores já destacados, sempre demonstraram a necessidade de mudanças dentro da educação brasileira acrescidas do aluno como autor do seu ensino, mais de maneira geral reconhecem uma insuficiência quanto às possibilidades dos gestores e professores conduzirem os seus papéis de maneira clara e eficiente, por empecilhos formais.

Desta forma, não seria suficiente introduzir mudanças tão somente na atuação do professor e do aluno, mais de todos aqueles que compõem o ambiente escolar, com o propósito de desenvolver procedimentos que possam preparar indivíduos reflexivos que convivam em harmonia na sociedade.

Da mesma forma, não se pode deixar de citar Paulo Freire como um dos autores que nos incita a reflexão sobre o ensino democrático, que:

O livro pedagogia da autonomia bem poderia ter sido intitulado Pedagogia da decisão, versando sobre os saberes necessários à prática da educação como deliberação individual e colectiva, de educadores e também de educandos, em processo de construção da autonomia. Uma pedagogia da decisão exige, segundo Freire, a prática democrática da decisão, não apenas enquanto processo político de democratização dos poderes educativos e de exercício da autonomia democrática, mas também enquanto processo pedagógico, aprendendo a democracia pela prática da participação na decisão, como

defendeu em *Cartas a Cristina* (FREIRE, 1994, p. 117), exactamente por admitir que “É decidindo que se aprende a decidir” (FREIRE, 1997, p. 119).

O que se tem acontecido no cenário atual é a acomodação que causam, a longo prazo, prejuízos incontornáveis. Pois os sujeitos não devem ser preparados apenas para reprodução dos conteúdos programáticos de matemática, português, história ou outras disciplinas. Mas também, saber lidar com decisões da vida individual coletiva, como também profissional, gerando aspectos múltiplos de ordem político-educativa, ético-moral, afetivo-comunicativo e pedagógica-didática, em que a escola deve fazer parte desse processo, é válido citar o seguinte:

Daí a importância da educação: o homem é resultado desse processo; é uma construção. O progresso da sociedade vai depender do homem, especialmente no que se refere a sua ação reguladora (Prestes, 1993, p. 67).

Percebe-se, que a pedagogia quando desenvolvida conjuntamente com autonomia do discente é, sem dúvida, o caminho necessário para uma educação completa e acima de tudo de decisão. Quando existente a capacidade de deliberar sobre os diversos assuntos entre alunos, professores e demais envolvidos no processo, contribuindo positivamente na ação de formar transitando do papel de heteronomia para a autonomia (Lima, 2009, p. 91).

Se o modo pelo que vem sendo conduzida a educação não for de fato reformada, teremos, conforme José Gil (2005) adultos infantilizados pela a falta de tomada de decisão, e de não possuir o controle das responsabilidades mínimas, pelo qual precisaria arcar, tudo resultado de uma educação altamente autoritária, vejamos a passagem dita pelo o mencionado autor:

O ‘medo da liberdade’, que Freire associa à ‘imersão’ na realidade, ao fatalismo e à ‘desproblematização’ do futuro, descrença nas possibilidades de mudança, é afinal correlativo do “medo de existir”, segundo a definição do filósofo português José Gil. Na sua crítica contundente ‘da vocação lusitana para o não acontecimento’. Porque inscrever implica ação, afirmação, decisão com as quais o indivíduo conquista autonomia e sentido para a sua existência. Foi o salazarismo que nos ensinou a irresponsabilidade – reduzindo-nos a crianças, crianças grandes, adultos infantilizados (Gil, 2005, p. 17).

Na mesma linha teórica, Paulo Freire destaca que “Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodução da ideologia

dominante (Freire, 1997, p.126). Seria bem dizer, que sem a educação todo o convívio social e os demais campos profissionais não têm possibilidades de se desenvolver. O que é possível verificar é uma vasta necessidade de mudança para o alcance de um sistema educacional corporativo dos deveres, pelos quais os profissionais do futuro possam adquirir a capacidade que lhe vai ser exigido.

Acontece que, por muitas vezes, existem empecilhos pelos quais principalmente escolas públicas justificam para a não utilização de métodos mais atraentes, e que de fato possam alcançar a finalidade estudantil. Importante ressaltar que não se busca com esta pesquisa criticar o ensino público, principalmente porque sabemos de todas as dificuldades pelas quais os profissionais são submetidos, e pelo ao contrário, procuramos ao final proporcionar um material que seja de fácil acesso e interpretação para todos os profissionais.

O que se tem concluído é a necessidade de mudanças dentro da estrutura educacional, em que surgem algumas propostas de mudanças como a reorganização curricular e a capacitação dos profissionais da educação. Porém conforme Sacristán (2000, p. 17), mesmo que modificado tais pontos ainda não serão suficientes para gerar mudanças significativas justamente por preservar as mesmas características de controle e domínio que atrapalham o desenvolvimento escolar.

Vê-se com muita frequência, e em pesquisas atuais que a dificuldade por um novo ensino habita no profissional, falta de qualificação, formação, financiamento e entre outros mecanismos. Acontece que estas justificativas perdem força quando atrelada com outras instituições que vivem com as mesmas problemáticas, mas conseguem atingir os seus ideais, sendo como um dos exemplos, e de escopo para este trabalho a Escola da Serra.

Podemos perceber, ao longo das leituras referentes ao tema, que a visão ampla de mudança é algo pontual e quase de maneira global, porém a solução deste problema é bastante conflituosa. Existe com a interpretação adequada em relação à utilidade da educação, justamente por ser parte do processo de transformação social sendo amplamente levada em consideração os seus aspectos favoráveis a uma possível mudança normativa, para uma evolução social ou até mesmo acompanhar o desenvolvimento já alcançado.

Entretanto, também não se pode esperar que seja concedido por parte dos poderes legislativos lei que beneficie a educação, já que pouco fazem para sua mudança relevante, mesmo cientes da sua necessidade. O que se percebe é que as

leis existentes podem bastar para uma reforma adequada, desde que interpretadas de maneira que alcance os objetivos principais, qual seja, ensino adequado.

É neste diapasão, que se torna possível formular alternativas, mesmo correndo riscos, pois romper bruscamente com o comodismo é de fato causar riscos. Paulo Freire, bem situa quando destaca em um dos seus escritos sobre a educação enquanto política cultural, *lato sensu* entendida, provocando em quem busca aprender uma forma de intervir no mundo trazendo atitudes permanentes de constatação, mudando o cenário de acomodação para o de espectador, passando a ter o interesse em representar uma opção política. Podemos dizer então que esta seria a justificativa pela falta de interesse por parte política, para buscar a neutralidade em massa, infelizmente a educação está altamente ligada com programas políticos para que possam dissimular sob a capa da indiferença, ingenuidade, do respeito íntegro da normatividade ou pela mera conformidade da situação.

Quando exilado no Chile, meados de 1964, em que tenha escrito texto intitulado como “Considerações em torno do ato de estudar”, defendendo a realidade dura que é estudar por carecer de disciplina e esforço, mais que seus resultados implicam em liberdade ao estudante, por provocar o seu liame democrático e de persuasão, destacou Paulo Freire:

Estudar é, realmente, um trabalho difícil. Exige de quem o faz uma postura crítica, sistemática. Exige uma disciplina intelectual que não se ganha a não ser praticando-a. Isto é, precisamente, o que a educação bancária não estimula. Pelo contrário, a sua tônica reside fundamentalmente em matar nos educandos a curiosidade, o espírito investigador, a criatividade. Sua disciplina é a disciplina para a ingenuidade em face do texto, não para a indispensável criticidade. (FREIRE, 2001, p. 10.).

Importante trazer a linha teórica o István Mészáros (1988), que traz a logística de que não existe possibilidade de sermos educados sem a participação ativa no processo, em que ninguém educa ninguém, por carecer da auto vontade. Consonância com as palavras também de Paulo Freire (1999, p. 68), no qual concordamos quando destaca que “os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”, ou seja, se o cenário educacional não apoiar os nossos alunos, esse ensino sempre terá seus resultados inferiores.

A interpretação que tomamos, mediante as considerações dos autores já relatados, destaca o fato da necessidade de uma legislação que regulariza sobre a educação ou que seja interpretada mediante aspectos, que consiga trazer liberdade

democrática. Para que somente assim possa gerar o efeito educacional efetivo proporcionando ainda vontade de educar e ser educado.

A educação deve ser um processo criativo, harmônico e divertido, somente assim, a experiência em conhecer melhor, gerar o aspecto científico será alcançada através de boas memórias. O sistema educacional americano, pensando ainda no século XIX, que muito se assemelha hoje com a Escola da Serra, que tem aplicação diferente dos então presentes na época como Europa e França, que são por muitas vezes opostas a outras realidades, ao invés de uma rigidez nos programas, realiza-se uma liberdade extraordinária, que em síntese:

Cada escola, cada universidade (as mais importantes financiadas por recursos privados ou mantendo-se com capitais próprios e, por isso, praticamente independentes dos Estados) institui os cursos que lhe pareçam mais importantes; cada aluno do ensino secundário pode escolher as ciências, as técnicas e os conhecimentos práticos que considerar convenientes (deve apenas observar, como acontece nos nossos cursos de graduação em Letras 2, certas combinações obrigatórias). No que concerne à formação dos professores, há predominância da formação pedagógica sobre a científica e nenhuma burocratização. Já na escolha dos conteúdos, a tendência aos conhecimentos úteis (relativamente pouca matemática, quase nada em línguas) (Weil, 1993, p. 28).

Notadamente, que mesmo nessas situações existam problemas a serem dirimidos, podendo ser realizados programas que favoreçam a insistência pela a civilização, controle mais efetivo das escolas, tentativa de auxílio para com as regiões mais pobres, que pela a conjuntura, tenha maior número de crianças e existe, infelizmente baixa taxa de adesão escolar.

A educação tem aspectos meramente políticos, uma vez que as escolas e as universidades sozinhas nada podem fazer. Existe uma insuficiência do sistema escolar, por vezes os iletrados entenderem se tratar de questões de luxo ou até perda de tempo. Existe ainda o cenário de estudantes capazes de ir muito além, porém, por questões econômicas, e também a falta de interesse (volta aqui a questão relacionada por Paulo Freire, da necessidade de se trazer harmonia e diversão no ensino, pelo ato de estudar ser demasiadamente difícil). A qualidade dos professores que deveriam ser melhor desenvolvida ainda na graduação, o que nem sempre é realizado, por falta de investimento financeiro e estímulo para os profissionais que são muito mal pagos, se tornando um ciclo sem fim.

O que se percebe, assim como o autor Eric Weil, que pontua sobre o fato de mesmo já tendo por diversas vezes, a educação discutida por toda parte e por muito tempo. Tendo sido debates que foram prolongados por muitos anos, é pós pandemia rediscutido muitos pontos. Acontece que, muitas vezes, e sendo um dos exemplos mais dinâmicos na história da educação é o ensino estadunidense do século XIX, que praticamente elaboraram uma receita. Porém, o que temos visto é que não se sabe quais são as respostas, e para quais problemas deveriam ser resolvidos.

Sabemos da necessidade de mudança do nosso sistema, é preciso elevar o nível de maneira geral desde aquele que ensina e daquele que aprende. Uma mudança do sistema educacional não é só um fator meramente envolvendo o processo de aprendizagem ou trazer melhor desenvoltura do papel da escola, mas garantir um progresso ao futuro.

Ponto a isto, é perceptível que o próprio sistema impõe e cria dificuldades quando a aceitação de uma nova estrutura educacional que atenda o interesse dos alunos, de maneira a evitar uma destruição violenta ou a morte efetiva do sistema, Weil (1993), em seu livro *Escritos sobre educação e democracia*, em que um dos trechos menciona:

[...] a experiência mostrou que a nova geração é menos calculista do que pensa a geração que lhe precede, e que os jovens se reúnem em torno dos professores dos quais esperam adquirir o que acreditam precisar além da mera qualificação profissional. Se a universidade humanista cumprir a sua tarefa, terá formado homens e mulheres aptos a ajudar essas novas gerações (e que poderão encontrar nessa tarefa uma existência plena de sentido) (Weil, 1993, p. 200).

A necessidade de uma reconstrução, por completo e de maneira eficaz, para que modifique a forma de pensar, seria assim dizer que os meios pelos quais vem sendo ofertado o ensino não se equivalem mais à própria mentalidade dos novos discentes. As mudanças já indicadas por alguns doutrinadores jamais poderiam ser suficientes, uma vez que precisaria antes de qualquer coisa se tentar demonstrar novas alternativas que possuem grande receptividade positiva, e somente assim modificar o pensamento. Cumpre destacar que a mudança de pensamento só se altera quando exemplificado e contextualizado, a simples imposição e promessas vazias não são suficientes, assim como retrata Eric Weil (1993).

Porém, aquele que está privado de vivenciar uma cultura ou de elementos que a tornem cultos, como podem tomar esta decisão?

Mas tendo a cultura em altíssima consideração, eles foram grandes homens, muito mais do que homens cultos. Temos que o admitir, porque dificilmente poderíamos fazer diferente, porém, admitimos também que isso é sério demais para o homem culto que é obrigado a admirar homens que o rejeitam (Weil, 1993, p. 85).

Tem-se então, uma necessidade de ser desenvolvido novas concepções, inclusive já discutidas anteriormente, nos séculos passados, para que possa ser refletir na construção de seres do bem, mas não somente isto, para assim como correlaciona com falas do Dr. Alvino Moser (2021) afirma que a educação deve ser interpretada, não somente como a entrega de conteúdos programadores, mas a construção de seres pensantes e democráticos, capazes de antes de exercer uma função em específico possa conduzir a sua vida com o mínimo de preparo. Tal situação por consequência, pode gerar um futuro melhor por permitir pessoas que terão maior aptidão em viver em sociedade e seguir os regramentos exigidos ou até mesmo decidir assuntos determinantes, como de cunho político.

A partir deste aspecto, temos Platão que ainda em seu tempo tenha criado a teoria popularmente conhecida como mundo das ideias, caracterizada como uma realidade abstrata, onde tudo é perfeito e eterno. No qual para Platão só podemos alcançar este mundo (conhecimento) através da razão, a partir disto somos favoráveis quando o autor Weill (1993) menciona que ir em busca do conhecimento vai muito mais além do que está razão, porque é preciso passar por um processo de codificação. Cita ainda, que ao menos no cenário educacional, fazer as mesmas coisas não tem gerado boas respostas.

Permite assim, após avaliação dos respectivos autores entendermos que devemos ao invés de criar/inventar novos meios alternativos modificar os já existentes. Cumpre trazer para a questão problemática da presente pesquisa, ou seja, ao contrário de buscarmos novas leis, que já sabemos a dificuldade que é para implementação, mas, buscar modificar ou contornar as leis já existentes, como tem feito outras escolas, para alcançarmos o objetivo do ato de ensinar.

Em 1962, surge por David Ausubel a teoria epistemológica da aprendizagem por assimilação, em que por sua natureza aponta diretamente para uma pedagogia construtiva, já que não faria sentido pelo o histórico do próprio autor conduzir para uma teoria contrária a isto, relatos bem apontados do autor Niaz (2003, p. 787), que também aponta para uma boa pedagogia, se faz necessário a utilização do

construtivismo, que quando adequado ao conhecimento pode proporcionar compreensão dos processos de construção do conhecimento, mediados pelo auxílio epistemológico para um melhor domínio educativo. Inclusive, para o mesmo autor é errado o apontamento dos autores que são em linhas contrárias, rejeitando teorias como Bickhard (1998), Staver (1998), Niaz (2003), dentre outros.

4 ENSINO CONTEMPORÂNEO E SUAS NECESSIDADES

Antes de abordar as especificidades do ensino contemporâneo e suas necessidades, compete trazer algumas teorias que contribuíram significativamente, pelo o qual diversos autores dedicaram em estudar e compreender o porquê de existir a demanda de se redefinir o ensino.

Jerome Bruner (1962), destacava a importância na aprendizagem baseada na formação de conceitos globais, com uma construção de generalização coerentes. Defende, o objetivo do ensino em promover, como por suas próprias palavras, "compreensão geral da estrutura de uma matéria, implicando no ver a matéria como um todo relacionado significadamente com a mesma" (Bruner, 1962, p. 6). Assim, é possível perceber que para o autor, qualquer assunto pode ser compreendido por qualquer aluno, desde que utilizado um método pedagógico adequado.

Para Bruner existem quatro ramificações, sendo: motivação, estruturação dos conhecimentos, sequência de apresentação do material e reforço, que buscam, de maneira conjunta atuar promovendo uma aprendizagem baseada na compreensão e no significado da matéria ou objeto de estudo. A aprendizagem pela descoberta, que considera não ser a única forma, mais que a partir da própria exploração do aluno, pode acarretar em uma repetição causado pelo o interesse, e enviados para a memória.

A teoria da aprendizagem *significativa* de David Ausubel (1962), pressupõe por sua vez, quando o conteúdo a ser aprendido já tem um prévio significado no sistema cognitivo facilita o processo de internalização. Ressaltando que ambos os métodos, não são contínuos ou interligados, podendo ocorrer simultaneamente ou não, em que conforme tenha descrito Novak (1990), sobre a teoria da aprendizagem por assimilação: a teoria da assimilação de David Ausubel (1962), é uma explicação sistemática sobre a aprendizagem, no qual a sua obra trabalha como os processos cognitivos funcionam dentro do sistema da aprendizagem, compulsados pela atenção, memória, resolução de problemas. Este processo cognitivo da informação e a transferência da aprendizagem, que consubstanciam as novas situações.

Ausubel (1962) pressupõe em sua teoria, que o conhecimento se dá mediante dois tipos distintos de aprendizagem, sendo a *aprendizagem receptiva* e a *aprendizagem por descoberta*. A primeira resulta em conteúdos apresentados ao aluno na sua forma final devendo internalizá-las, e posteriormente conseguir

reproduzi-las. A segunda teoria compreende o conteúdo baseado na descoberta, que incorpora a estrutura cognitiva do aluno já existente. Relaciona-se que os tipos de aprendizagem podem ser processados também de duas formas, sendo *automática*, que se relaciona quando o conteúdo a ser aprendido não é potencialmente significativo dentro do processo de internalização. Para Ausubel, seria quando o aluno não dispõe de nenhum conhecimento prévio ou quando o método utilizado não é bom, sendo considerado como arbitrário ou literal.

A estrutura cognitiva é perspectivada como o armazenamento altamente organizado de informação, com ligações formadas entre os novos elementos e os já existentes, o que conduz a hierarquias conceptuais, em que os elementos menores do conhecimento são subordinados a conceitos mais gerais, maiores e mais inclusivos. Assim, a estrutura cognitiva representa um conjunto de conceitos hierarquicamente organizados, que são as representações individuais da experiência sensorial (Novak, 1990. p. 144).

Assim, estas noções de assimilação são como os novos conceitos podem ser incorporados na estrutura cognitiva dos alunos, que podem influenciar com os conteúdos já existentes ou quando trabalhados com métodos mais dinâmicos e que os alunos se interessam em gerar novo material cognitivo. Portanto, o processo fundamental do ensino deve partir da detecção do conhecimento existente no cognitivo do aluno, para que o professor possa adequar a melhor técnica, e que os novos conteúdos, assim, sejam relacionados e integrados no conhecimento já anteriormente adquirido.

Temos ainda, a teoria da aprendizagem generativa de Wittrock (1989), em que os sujeitos aprendem mediante a produção ou construção de relações entre a nova informação e o conhecimento já pré-existente a longo prazo. Nesta teoria temos quatro componentes, sendo a criação, motivação, atenção e memória.

Seria dizer, a partir da teoria generativa, que somente se pode aprender com uma compreensão, após uma efetiva construção ativa do significado. Seria dizer, que o professor precisa criar uma boa explicação que organize a informação de modo a adquirir algum sentido na memória do indivíduo, como Wittrock (1989) que a teoria relaciona-se com as investigações realizadas no âmbito das estratégias de estudo e aprendizagem, compreensão da leitura e processos cognitivos dos alunos.

Por sua vez, temos dentro do estudo da aprendizagem na epistemologia, a teoria da arquitetura da cognição de Anderson (1982), fazendo uso da inteligência artificial que direciona para uma tentativa de explicação sobre o funcionamento do

nosso sistema cognitivo, que problematiza o sujeito dentro da organização do mundo, na mesma medida em que supõe a realização dos fatos e processos cognitivos, que o aprendente ache mais envolvente.

Esta teoria, ainda traz breves noções sobre o conhecimento *declarativo* e conhecimento *executivo*, a primeira reporta-se diretamente às estruturas que não se esgotam em si mesma, o que avaliado tenha se concluído possui uma movimentação de referência a algo exteriorizado. O segundo aspecto, trata-se dos procedimentos dentro do campo da experiência e execução.

A teoria da arquitetura baseada na análise com auxílio da inteligência artificial, compreende como aprendizagem sendo o momento de um conhecimento novo, sempre parte do conhecimento declarativo passando para o conhecimento executivo após inferências dos fatos disponíveis no sistema declarativo. Em que, para auxiliar nessa concepção pôde-se valer de mecanismos como pontos na estrutura do conhecimento específicos, relações entre conceitos, uso de imagens, prática e entre outros mecanismos.

Assim, esta abordagem cognitiva, teorias em que trabalham Jerome Bruner (1962), David Ausubel (1962), Wittrock (1989) e Anderson (1982), autores que destacamos os principais argumentos de suas teorias, que apesar da diferença de suas análises em alguns aspectos, abordam a presença do termo "cognitivo". Podemos perceber que a mente humana é vista como um sistema completo podendo receber o conteúdo e selecioná-lo, modificá-lo, transformá-lo, para comunicar com a informação de forma significativa.

Importante destacar, que somente com a teoria de Anderson (1982), que sistematizou a terminologia de um conhecimento declarativo (conhecer fatos) e de um conhecimento executivo (formação, codificação do conhecimento), explicando assim, a interação do sujeito com o mundo que rodeia e a forma como os conhecimentos adquiridos refletem.

As teorias apontadas trazem uma ótica sobre o processo de aprendizagem, que tiveram várias modificações das primeiras concepções. Passando a grosso modo a entender como pode um indivíduo conhecer de novos fatos fazendo compatibilidade e coerência da nova informação com as já existentes no sistema cognitivo.

Estas mudanças e lógicas contribuíram significativamente com o domínio da pedagogia e sua prática, realçando a importância da consideração de duas categorias de intenções. Desde aquela que trata propriamente do ensino-aprendizagem, que

corresponde com a aquisição de conteúdo. Bem como aquelas relacionadas com os processos de aprendizagem, ou seja, as estratégias a serem utilizadas (Weinstein e Mayer, 1986).

Assim, é perceptível que o ensino aprendizagem somente tem efetividade, gerando capacidade do aluno em entender e passar aquele conteúdo para frente, seja no seu próprio sistema cognitivo quando passados mediante uma boa prática e ferramentas.

Avançarmos as questões relacionadas à forma em que o aluno compreende os fatos e como isso pode de fato ser armazenado dentro da sua memória, de maneira significativa, passamos a abordar sobre a escola antiga e a velha pedagogia que ainda aflora o nosso ensino do século XXI.

Sabemos, mediados por vários estudos, que a escola antiga e a velha pedagogia em algum momento foi elogiada e serviram como aparato de avanço educacional, Contudo, mesmo antigamente, quando pouco se sabia sobre o ato de ensinar, Stefan Zweig escreveu sobre o fato de não conseguir se recordar de alguma vez que tenha se sentido alegre e disposto no meio daquela actividade escola monótona, sem coração e sem espírito “[...] o único momento de felicidade realmente libertadora que devo agradecer à escola foi o dia em que fechei para sempre a sua porta atrás de mim” (Zweig, 2005, p. 43).

Podemos perceber que aqueles que tiveram contato com o ensino, sabiam justificar o porquê dos elevados índices de evacuação escolar entre os jovens. Justamente, devido a sobressair o ensino a opressão pela rotina e aborrecimento pela a forma bruta, conteudista e primária de ensinar.

Nos finais do século XIX, era bastante visto aos colégios se inspirarem no sistema educacional dos padres-mestres, era possível se encontrar resquícios desse fundo rigorista e violento que tomou conta da educação durante um longo período, conhecido como “escolas campos de batalha” onde a vara marcava como seria a prática docente e a estimulação para os alunos, perpetuados pelo o medo. Assuntos bem trabalhados no estudo de Gilberto Freyre (1936) em sobrados e mucambos, em que analisados por Gadotti:

Ensinar exige tomada consciente de decisões não apenas do ponto de vista político mais geral, mas nele incluindo a “retidão ética”, a ‘força moral’, a “competência profissional” e a ‘autoridade’ do professor. Contrariando abertamente as representações conservadoras e os respectivos ataques dirigidos às pedagogias que, pejorativamente, vêm nos últimos anos sendo

apelidadas de 'românticas' e "progressistas", Freire não vê contradição entre uma escola simultaneamente "séria" e "alegre", entre o "ensino dos conteúdos" e a 'formação ética dos educandos', entre 'liberdade' e "autoridade". No que concerne à seriedade, à alegria e à afetividade na escola, o autor é claro, recusando qualquer tipo de incompatibilidade. De resto, para ele 'ensinar exige querer bem aos educandos' e 'A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje' (Freire, 1936, p. 161).

A partir de tais apontamentos, temos semelhante as questões trazidas por Paulo Freire, o qual nos remete a importância de uma boa dinâmica a ser utilizada dentro ou fora de sala de aula, desde que cumpra o processo de aprendizagem necessário. Ressalta-se ainda, em seu livro - *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa* (Freire, 1997), que deve a educação ser conduzida de maneira livre e por tomada de decisões tanto ao docente, quanto ao discente.

É justo, que com a abordagem do mencionado autor a educação até aqui não vem se valendo de tal liberdade ou sequer por tomada de decisões. O que vemos, é tão somente professores engessados dentro de uma normativa e falta de interesse pelos nossos governantes em promover um sistema apto ao processo de aprendizagem, agregando assim a construção de indivíduos decididos e democráticos, donos de si e cheios de opiniões próprias.

Temos na atualidade, o que foi contextualizado e defendido em vida por Paulo Freire, por uma educação indecisa, pautada pela a falta de decisão ou deliberação dos atores educativos em suas ações. Podendo ser por omissão, por força dos outros mais poderosos, inclusive caracterizados pelos governantes. Revelando uma educação altamente subordinada e, frequentemente, alienada, com bem destacou José Gil:

E se tudo se desenrola sem que os conflitos arrebentem, sem que as consciências gritem, é porque tudo entra na impunidade do tempo - como se o tempo trouxesse, imediatamente, no presente, o esquecimento do que está à vista, presente. Como é isto possível? É possível porque as consciências vivem no nevoeiro (Gil, 2005, p. 18-19).

E claro, que com o decorrer dos anos foi possível verificar um avanço científico relacionado ao ensino e aprendizagem, resultando em uma melhora quanto ao ensino oferecido nas escolas. Porém, ainda sediados pela existência de vários estudos que apontam a necessidade de uma mudança na forma de ensino, por corresponder ainda

aspectos tradicionalistas que impedem o aluno em concluir todo o processo cognitivo necessário para absorção do conhecimento.

De acordo com o livro "Escolas Criativas - A revolução que está transformando a educação" do autor Ken Robinson (2015), em que menciona de maneira bem detalhada o porquê de resultados insuficientes citando vários exemplos positivos e negativos.

Alega primeiramente a forma como vem sendo ofertado este ensino, diante da padronização do ensino sendo gerenciado pelo o governo, este por sua vez, com interesse econômico buscando os elevados níveis de resultado, sem recorrer aos princípios iniciais de uma boa educação.

Compete trazer para este capítulo análise realizada pelo o autor, atinentes aos efeitos negativos que vem propagando essa padronização, primeiramente os elevados níveis de desempregados com diplomas dos variados tipos de cursos, ou até um desvio desse público para empregos medianos, baixo salário e quando aceitam outra tarefa que não se exigiria diploma para tanto. As pessoas que exercem funções que não são dependentes de diploma, mais que fazem a máquina funcionar, cursos estes que poderiam ser passados através de cursos profissionalizantes mais que infelizmente não é tão popular, por existir ainda elevado preconceito com referência a estas funções, que se diga de passagem são bem remuneradas, justamente pela a pouca quantidade de profissionais nas áreas.

E, o que vem sendo palco de bastante discussões, inclusive pós pandemia, a evasão escolar, no qual de acordo com o supramencionado livro do autor Ken Robinson, que trabalha brilhantemente a forma como isso vem acontecendo e fluindo, com exemplos de escolas periféricas nos EUA que tiveram resultados positivos e com redução de percentual nessa evasão escolar, quando mudou o sistema interno e a forma de tratamento destes alunos.

Acoplados ainda pela a má reputação da classe dos professores, que em sua maioria desistem da profissão ou a exercem sem estímulos por baixo salário ou até mesmo, pela a visibilidade e frustrações causados pelos os resultados de evasão escolar, desemprego em alta, desvio de rentabilidade econômica e pela a própria padronização que estabelece dentro do sistema uma restrição de criatividade docente em face dos elevados níveis esperados pelos os governantes que controlam o sistema. Em um trecho do livro, o autor destaca o seguinte:

Eu uso a expressão 'os chamados desistentes' porque o termo implica que esses jovens fracassaram no sistema. É mais correto dizer que o sistema fracassou com eles. Cada indivíduo que deixa a escola de maneira precoce tem razões para agir assim. Eles podem ter dificuldades familiares, estar sofrendo pressão dos colegas ou apenas considerar toda a história pouco motivadora. Qualquer que seja a razão, deixar a escola é um sintoma de um problema mais profundo no sistema como um todo, não o problema em si. Se você for responsável por um negócio e a cada ano perder um terço dos seus clientes, pode começar a refletir se o problema real eram os clientes ou o seu negócio (Robinson, 2015. p. 83).

A partir de tal relato, podemos concluir que os alunos estão sofrendo as consequências trazidas pelos os problemas de gestão do sistema. E claro, que o interesse tem seu caráter particular e próprio, mas se tivéssemos resultados positivos trazidos pelos estudos em maior quantidade, o cenário poderia ser outro. Sabemos, que existem casos que realmente são bem sucedidos através do estudo, mas não é uma realidade comum sendo considerado até como fato raro ou popularmente conhecido como sorte.

Existem muitos motivos que afetam as realizações dos alunos incluindo questões relacionadas a sua vivência fora das escolas, podendo ser interpretados por cada indivíduo de formas diferentes, como a motivação dos estudantes, a pobreza, a desvantagem social, as circunstâncias do lar e da família, as instalações ruins e o financiamento das escolas, as pressões dos testes e avaliações e muitos outros elementos podendo impulsionar o aluno a mudar este cenário ou até desmotiva-lo pela a dificuldade que será de mudar tudo isso.

Temos, que assim como David Ausubel (1962), dentro de sua teoria da aprendizagem por assimilação que entre as suas fases do ato de aprender, deve ser levado em consideração a vida pregressa do aluno não podendo fatores sociais, econômicos, psicológicos e outros serem ignorados. Assim como, para o autor Ken Robinson, compartilha da mesma ideia, destacando que qualquer tentativa de elevar o desempenho nas escolas tem de considerá-los integralmente.

Segundo Ken Robinson (2015), que tenha avaliado o cenário educacional de maneira clínica, observando desde os estudos mais antigos aos mais modernos, justamente com o intuito de entender o porquê de algumas escolas terem melhores resultados e outras não, passando por um mesmo sistema de regras e objeções contrárias, tendo resultado no seguinte apontamento:

As melhores maneiras de aumentá-las são aprimorar a qualidade de ensino, ter um currículo diverso e equilibrado e sistemas de avaliação que apoiam e

informam. A resposta política tem sido na direção proposta: estreitar o currículo e sempre que possível padronizar o conteúdo, o ensino e a avaliação. Essa mostrou-se ser a resposta errada (Robinson, 2015, p. 89).

Podemos perceber que, diante da diversidade de pessoas, a escola não pode ter um papel meramente reprodutor de conteúdo com amparo e interesse final tão somente no financeiro e economia de cada País, como esperado pelos governantes. Isto tem gerado a evasão por carecer de uma metodologia mais aberta e flexível, com um currículo que alcance não só o conteúdo de matérias regulares, mas também agregue o indivíduo como todo, dentro do seu perfil e talento o qual veio ao mundo.

A visão econômica pelo qual repercute o cenário da educação, e que traz os resultados baseados no interesse de gestão dos governantes em não aplicar o ensino corretamente, o que Thomas Jefferson, menciona:

Se uma nação espera ser ignorante e livre, em um estado de civilização, ela espera algo que nunca aconteceu e nunca acontecerá. Alguns viam a educação em massa como um tipo de controle social. Para muitos, a educação era o meio de promover oportunidades sociais e equidade. Para alguns, ir à escola certa e conhecer as pessoas certas era um processo essencial de preparação social para as crianças das classes média e alta. E ainda é. Todos esses interesses estão evidentes nos princípios de organização e estrutura da educação em massa. Como vimos, incluem a desistência, a desmotivação, a baixa autoestima e as oportunidades de emprego limitadas para aqueles que fracassaram ou cujos talentos não forem valorizados no sistema (Jefferson, 1904, p. 115).

Percebe-se pelo o autor, que a marcha vem sendo conduzida a muito tempo nesta proporção, priorizando atividades e disciplinas que pouco agregam o indivíduo, não preparando para a vida adulta, cerceada por decisões e atividades profissionais complexas. Neste viés Ken Robinson, complementa:

Os alunos que se sentem alienados pelos sistemas atuais de padronização e testagem podem deixar o sistema, restando para eles e para outros pagar o preço dos benefícios do desemprego e de outros programas sociais. Esses problemas não são subprodutos acidentais da educação padronizada: eles são uma característica estrutural desses sistemas, que foram planejados para classificar pessoas segundo concepções particulares de talento e necessidade econômica e destinados a produzir vencedores e perdedores de acordo com aqueles critérios. E eles o fazem. Muitos desses fatores externos poderiam ser evitados se a educação genuinamente desse a todos os alunos as mesmas oportunidades de explorar suas capacidades reais e produzir vidas felizes (Robinson, 2015, p. 116).

Temos então, um sistema que é calcado em impulsionar a separação social, entre aqueles que fazem sucesso e os que fracassaram. Colocar a culpa no sistema

é dizer que aqueles que dão vozes ao que será realizado não favorecem a todos, a distribuição de renda e falha em todos os setores, incluindo a educação, devendo também ser inseridos como um dos culpados pelo mau funcionamento da educação.

Nesta toada, o sociólogo Pedro Demo analisa a respeito de como seria uma boa qualidade, para que pudesse alcançar as exigibilidades do ensino e dessa nova perspectivas e necessidades do novo século:

A qualidade é, genuinamente, um atributo humano, e o que representa melhor a marca humana e o desenvolvimento humano. Dessa forma, “qualidade essencial seria aquela que expressa a competência histórica de fazer-se sujeito deixando a condição de objeto ou de massa de manobra”. Competência histórica significa capacidade de agir, de intervir na realidade, portanto, capacidade participativa. Nesse sentido, a educação é o melhor caminho para desenvolver a competência histórica de fazer-se sujeito. Em síntese, buscar qualidade em qualquer instituição significa trabalhar com seres humanos para ajudá-los a se construírem como sujeitos (Demo, 2008, p. 43).

As escolas precisam compreender que, a qualidade cognitiva tem que possuir as experiências das aprendizagens dos alunos. Assim, não faz sentido aplicar uma gestão democrática com eleições para diretor, aquisição de equipamentos, participação da comunidade e entre outros métodos, se os objetivos da aprendizagem não forem alcançados, se os alunos continuam tendo baixo rendimento, e se não conseguem desenvolver seu potencial cognitivo.

5 ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DA SERRA

5.1 Porquê estudar a escola da serra

A análise do Projeto Pedagógico da Escola da Serra envolve uma exploração minuciosa de diversos documentos disponíveis no site da escola, publicações em redes sociais e outros materiais que mencionam ou se referem à Escola da Serra, destacando seus resultados, formalidades e desenvolvimentos. Essa análise desperta um interesse considerável, pois pode servir de referência para outras instituições educacionais. Por meio de um estudo científico com abordagem clínica e crítica, utilizando um método qualitativo, é possível avaliar tanto os pontos positivos quanto os negativos desse projeto pedagógico.

5.2 Autorizações legais

A Escola da Serra possui um histórico relevante que é fundamental para o presente estudo. Em 2003, a comunidade e os familiares dos alunos se envolveram ativamente, chegando a cogitar a possibilidade de adquirir a instituição de ensino. Essa decisão foi motivada pelos excelentes resultados observados em seus filhos, graças a uma abordagem educacional mais acessível e construtiva, visando prepará-los para se tornarem cidadãos do futuro.

Ao trazer inovações disruptivas para a educação, enfrentamos desconfianças, pois não temos nenhum ponto de comparação. Pais, alunos, professores e outros envolvidos no sistema educacional estão acostumados com o status quo, mesmo reconhecendo sua ineficácia.

No Brasil, o sistema educacional é regido por uma série de regulamentos obrigatórios que, muitas vezes, contradizem o processo de aprendizagem. Ao examinar brevemente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, observamos restrições à atuação dos professores e à capacidade cognitiva dos alunos, que precisam se adaptar ao que é fornecido. A carga horária e a frequência também são limitadas, o que impede a capacidade de aprendizagem individual.

Por outro lado, a Escola da Serra, criada em 2004 e localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, surge como um ponto de análise diante das questões sobre

a inconsistência do sistema educacional e sua aplicação. Essa escola adota abordagens totalmente inovadoras e disruptivas.

Desde 2004, a Escola da Serra vem transformando a educação tradicional e rompendo de forma radical com as práticas estabelecidas. Seu regimento pedagógico estabelece a ausência de uniformes, carteiras, séries, etapas, turmas e notas. Em vez disso, busca-se um aprendizado intenso, amistoso e colaborativo, visando construir indivíduos sensíveis, criativos e democráticos.

Dessa forma, a importância de estudar a Escola da Serra reside nos indícios de uma transição que não adere ao ensino tradicional e não viola os termos da LDB nº 9.394/96. Através desta pesquisa, busca-se compreender como outras escolas podem agregar e modificar a educação de forma significativa no Brasil.

O grande elemento justificador de muitos educadores em não aplicar um ensino acessível, democrático e que atenda aos processos de aprendizagem e a não aceitação, o que pelo o histórico da escola, rompe drasticamente tal argumento. Cabendo a estes educadores uma reanálise sobre o seu trabalho e o porquê de não ser feito com presteza e total comprometimento.

A Escola da Serra, localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, situada em um prédio que antes era o Convento dos Frades Dominicanos e possui uma área física espaçosa e agradável com 2.000 metros quadrados de área livre arborizada. O prédio possui uma história de intensa participação social e política, no qual iremos destacar os seus pontos mais relevantes.

Após o fechamento do convento na década de 1970, o prédio foi ocupado pelo IPAMIG - Instituto de Psicologia Aplicada de Minas Gerais, que mantinha uma escola dedicada ao atendimento de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Em 1991, a escola foi transformada em uma escola regular de Ensino Fundamental com cerca de 70 alunos em turmas pequenas, denominada Escola da Serra. No ano seguinte, o IPAMIG firmou um acordo com uma equipe pedagógica egressa da Escola Albert Einstein, propiciando o desenvolvimento de uma proposta educacional inovadora na Escola da Serra, liderada por educadores experientes, buscando trazer tal parceria, justamente para alcançar metodologias já aplicadas pela a instituição, acoplados por essa equipe inovadora.

A Escola da Serra teve que enfrentar uma instabilidade nos aspectos pedagógico e administrativo devido à saída de parte da equipe de coordenação pedagógica em 2002. Sendo colocada à venda em 2003 pelo Ipamig, entidade

mantenedora da escola. Porém, um grupo de pais, mobilizados por sua associação, buscaram alternativas para manter o projeto educacional que tanto valorizavam. Eles trabalhavam com a hipótese de constituir uma cooperativa para assumir a escola, mas ela se mostrou inviável após meses de debates, já que por mais que possuíssem condições financeiras de adquirir a propriedade, não tinham experiência no mercado educacional e seria um alto risco financeiro.

O Ipamig acabou aceitando uma oferta feita por um empresário da educação, gerando um clima de grande decepção entre os pais que passaram a buscar alternativas educacionais para seus filhos. Posteriormente, o comprador que adquiriu a escola acabou desistindo do negócio, levando o Ipamig a decidir pela cessação total das atividades da escola e cassação de sua autorização de funcionamento.

Apesar disso, alguns pais, com seus filhos já matriculados em outras instituições, mobilizaram-se em apoio a um educador que negociou com o Ipamig a transferência do aluguel do prédio, a aquisição do imóvel e a autorização de uso da marca "Escola da Serra". Assim, uma nova escola surgiu na virada de 2003 para 2004, com uma nova organização mantenedora, mas preservando um projeto cuja qualidade é a garantia de sua sobrevivência.

Todavia, segundo o gestor e autor de algumas obras literárias sobre as leis da educação brasileira, Sérgio Godinho, a parte mais complexa foi a secretaria de educação aceitar o formato da escola com os valores descritos no projeto pedagógico. A própria secretária chegou a questionar sua validade jurídica e se seus parâmetros respeitavam a LDB.

Segundo o gestor e educador, Prof. Sérgio Godinho (2007), na sua obra "A nova educação e você" com subtítulo "O que os novos caminhos da Educação Básica pós-LDB têm a ver com EDUCADORES, PAIS, ALUNOS e com a ESCOLA", possuía um vasto conhecimento sobre as normas jurídicas aplicáveis. Sabendo disso, o gestor buscou demonstrar principalmente acompanhado do PPC que não existiam empecilhos ou artigos dentro da estrutura da LDB que se expressa com clareza a proibição sobre a criação de uma escola inovadora, principalmente porque anteriormente no mesmo local já se tentava fornecer um ensino inovador. Assim, a secretária de Minas Gerais acabou deferindo o funcionamento da escola, que vem tendo o seu exercício regular desde então.

Nos próprios escritos do gestor Sérgio Godinho (2007, p. 38), que "basicamente, a nova LDB traz como diretrizes essenciais da educação a inclusão, a

valorização da diversidade, a *flexibilidade*, a *qualidade*, a *autonomia*, a *competência para o trabalho* e o exercício da *cidadania*". Que se justifica a pretensão legislativa para uma nova educação brasileira, retirando a burocracia.

Nessa perspectiva, é importante destacar que durante a leitura na íntegra da norma que rege a educação no Brasil, que ao longo da sua estrutura usam-se as expressões que direcionam a opção de os responsáveis de cada unidade escolar seguir ou não as sugestões como grade curricular, tempo em sala de aula, frequência e entre outras.

Temos a flexibilidade em amplitude, pretendendo garantir ao professor, aluno e demais servidores a estabelecer uma relação educativa com foco na evolução integral do educando, com atenção às suas características e necessidades individuais, de acordo com o projeto de vida que pense.

Assim, a escola pode se organizar por séries, semestrais, ciclos, módulos ou outras estratégias julgadas adequadas para seu público e para o alcance de seus objetivos, e poderá também ter turmas formadas por critérios outros que a organização por idade/série. Além disso, o currículo possui uma "parte diversificada", equivalente a 25% da carga horária básica, que fica totalmente por conta da Escola, para que possa diferenciar-se, atender às características específicas da região e da clientela e construir sua identidade própria (Oliveira, 2007).

Tais apontamentos, e um resumo das alternativas de ensino contemplado pela LDB, permitindo assim a abertura de uma escola inovadora assim como a Escola da Serra.

O autor Pedro Demo (2008), também compartilha da ideia que a lei possui uma formulação mais branda, como encontrado no artigo 34, que trabalha sobre a jornada escolar no qual destaca que mesmo se referindo a uma escola de período integral, mas que compreende uma lei com indicações de caminhos alternativos do que como um cerco fechado, assim como por suas próprias palavras:

O texto ficou brando demais, porquanto se a ampliação do período de permanência ficar "a critério dos sistemas de ensino", na prática, não temos nenhum critério de ampliação a não ser a boa vontade dos responsáveis. Ao instituir a década da educação, no último capítulo (Das disposições transitórias), reaparece o compromisso de conjugar "todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral" (Art. 87, § 5º). Apesar da ênfase do discurso, certamente não estatui mais do que a exigência de um esforço, permanecendo no âmbito de um compromisso moral. (Demo, 2008, p. 14).

No contexto da flexibilidade que a LDB busca promover, é interessante considerar a inovação em ambientes abertos, conforme analisado por Pedro Demo (op cit). O interesse do legislador ao propor essa lei era evitar sobrecarregar o cenário educacional com uma estrutura excessivamente rígida e regras de difícil aplicação prática. A intenção era incentivar propostas flexíveis que não prejudicasse a vontade de aprender, mesmo que de forma sutil na legislação.

Demo (2008, p. 20) destaca que estamos diante de uma legislação que busca preencher uma grande lacuna jurídica existente na época de sua promulgação, saindo da ausência de uma lei específica para uma norma com capacidade de adaptação aberta. Dessa forma, a implementação fica a cargo do gestor de cada instituição, como também abordado por Sérgio Godinho (2007, p. 41), vejamos:

A lei determina que cada escola tem total autonomia para a elaboração do seu projeto pedagógico, que norteará sua ação educativa e deverá ser construído com a participação de toda a comunidade escolar, cabendo aos sistemas de ensino *contribuir* na orientação e apoio para sua elaboração e execução. A escola também define o currículo, respeitando a base nacional comum, e emite documentos, responsabilizando-se por sua correção e propriedade (Oliveira, 2007, p. 41).

Dentro dessa mesma perspectiva, Pedro Demo (2008) destaca o caráter flexível da LDB, observando que o artigo 14 da lei mencionada trata explicitamente da liberdade dos sistemas de ensino para estabelecer normas democráticas, desde que pautadas pelo bom senso. Além disso, enfatiza que os profissionais da educação devem elaborar o projeto pedagógico da escola (Art. 14, inciso I), o que justifica o fato de o projeto pedagógico da Escola da Serra ter sido uma ferramenta fundamental para o funcionamento de uma instituição de ensino inovadora.

Nesse contexto, com base nas considerações dos autores mencionados anteriormente, fica evidente que um projeto pedagógico pode englobar o regimento escolar, práticas pedagógicas, métodos, processos, papéis, posturas, princípios e outros elementos. Ele desempenha um papel fundamental na construção e funcionamento de uma escola inovadora, que busca oferecer uma educação autônoma e democrática aos alunos.

Ao analisarmos detalhadamente o Projeto Político-Pedagógico (PPP), podemos constatar que muitos de seus elementos estão alinhados com teorias abrangentes relacionadas à qualidade do ensino, assim como estão em conformidade com aspectos previstos na LDB. Esses aspectos incluem a participação da comunidade escolar local nos conselhos de classe (Art. 14, inciso II) e a possibilidade

de cada unidade de ensino administrar autonomamente seus recursos financeiros (Art. 15).

A Escola da Serra tem direcionado seu foco para propostas pedagógicas, que servem como o conjunto de diretrizes regulamentadoras para seu funcionamento. Essas propostas são compreendidas como um conjunto pré-definido de verdades que devem ser transmitidas aos alunos, os quais precisam repeti-las fielmente nas avaliações. Portanto, o objetivo da educação nessas escolas convencionais é reproduzir e manter o status quo, em vez de incentivar o questionamento e a inovação.

O gestor da Escola da Serra, conforme mencionou em seu livro, reconhece que embora não seja necessário obter aprovação, os órgãos responsáveis pelos sistemas de ensino geralmente exigem que as escolas vinculadas a eles apresentem algum tipo de regimento para conhecimento e registro no sistema. Assim, o regimento escolar pode ser consolidado no próprio documento do projeto pedagógico.

Devido à história da escola, é evidente que sua aprovação para funcionamento se baseou na estrutura do projeto pedagógico, o qual iremos descrever os principais pontos relevantes. Além disso, sua implementação efetiva, sem meras palavras vazias, tem resultado em bons desempenhos acadêmicos. Compreender por que uma abordagem educacional tão lúdica pode proporcionar resultados tão significativos torna-se de grande importância.

5.3 Fundamentos epistemológicos

No cenário educacional atual, em que se tenha grande influência tecnológica e social, no qual pergunta-se quais seriam os limites e as possibilidades das escolas que possam gerar melhor desenvolvimento dos seus alunos, não se referindo tão somente a valorização das notas, mas o cumprimento efetivo do processo de aprendizagem.

Em que, vem se tornando grande preocupação por parte dos especialistas no assunto, particularmente nascendo após pesquisa publicada em 1966, pelo famoso relatório de Coleman (1966, p. 215). Esse relatório, pontua a partir de análise a milhares de alunos norte-americanos, chegando à conclusão de que o ambiente escolar não teria grandes efeitos ou muito pouco sobre o desempenho escolar de seus alunos, mas sim, o contexto escolar pode ter grande efeito no processo de aprendizagem. De certa maneira, evidenciava que a maior parte destes mesmo

alunos, era consubstanciada pela experiência adquirida fora, ou seja, advindo da origem social, étnica.

Neste mesmo sentido, David Ausubel, em epígrafe da obra “Se eu tivesse que reduzir toda a psicologia educacional a um único princípio”, diria isto: O fator isolado mais importante que influencia a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já conhece. Descubra o que ele sabe e baseie nisso os seus ensinamentos. Que traz a ideia de que conhecimentos já concebidos quando interagem com novos conceitos, de maneira não arbitrária, dentro da estrutura cognitiva do sujeito que aprende, sendo conhecido como subsunçor ou ideia-âncora.

Essa aprendizagem significativa não se trata de um conhecimento formal validado, uma vez que para Ausubel, quando alguém atribui significados a um conhecimento fazendo correlação com seus conhecimentos prévios, estabelecendo uma aprendizagem significativa, independentemente de esses significados serem aceitos dentro do contexto do sujeito.

Sabendo disso, e com os questionamentos dado a partir de pesquisas de Coleman, e a teoria de David Ausubel, que compreende um novo sistema educacional bem diferente do que vem sendo transmitido pelo ensino tradicional, por justamente se entender a possibilidade de ensino dentro dos variados ambientes cognitivos.

Temos, já no ambiente da filosofia que, segundo Kant, nosso conhecimento se consolida a partir de duas fontes fundamentais: a receptividade das impressões sensíveis e a espontaneidade dos conceitos (Kant, 1994). Seria assim dizer que inicialmente é nos fornecido um objeto e posteriormente é pensado.

Assim, tem-se a necessidade a partir dos principais pensadores a respeito do funcionamento de como são absorvidos os conhecimentos que constrói uma visão de que, o que vem sendo demonstrado dentro do cenário educacional na atualidade, não corresponde ou não se alcança o objetivo central, qual seja, o aprendizado em si (Demo, 2010).

Existe um conflito entre autores que reconhecem a necessidade de mudança imediata, porém se questionam se seria algo que cause mudanças iniciais ou seria reestruturar a educação? é possível traçar estes novos caminhos? Alguém já conseguiu implementar algo diferente?

Procuram-se resposta para algo novo que possibilita ilustrar a devida urgência de ruptura com a educação tradicionalista, justamente por ser parte fundamental da transformação social e crescimento como cidadão (Duderstadt, 2003), porém também

é visto que por mais que a inovação seja necessária, ainda não é suficiente se sustentar porque inovar para alguns seria melhorar aquilo que já se existe, o que infelizmente não é perceptível na educação atual (Christensen, 2002).

Christensen (2002), por sua vez, menciona que a junção de inovação com o disruptivo é romper com dinâmicas vigentes que acenam para alternativas radicais, trazendo mudanças necessárias. Traz um comparativo com novas tecnologias que atendem a produtos seletivos dentro do mercado, que a priori conturba a confiança de novos clientes e investidores costumeiros.

A Escola da Serra adota uma perspectiva pedagógica radicalmente diferente, baseada na epistemologia construtivista de Jean Piaget (2008) e em contribuições de outros autores, como Vygotsky (1998), Emília Ferreiro (1971), Constance Kamii (1972), Cesar Coll (1948) e La Taille (2006). sendo inclusive algumas destas teorias já abordadas nos capítulos anteriores. Segundo essa concepção, cada pessoa é sujeito e autor de seu próprio conhecimento, interpretando o mundo de acordo com sua própria maneira de compreender. Esse processo pode ocorrer no convívio social, na interação com objetos, outros indivíduos e produções culturais.

Importante mencionar que este tipo de abordagem tem como finalidade o pleno desenvolvimento da personalidade humana, buscando contribuir para formar pessoas éticas e autônomas, capazes de pensar e agir como seres humanos conscientes dos seus atos e seu papel transformador dentro da sociedade, a partir disto o PPP menciona:

- Contribuir para o desabrochar e o desenvolvimento dos potenciais dos alunos;
- Possibilitar que os alunos se apropriem do legado de conhecimento produzido pela humanidade;
- Levar o aluno a assumir o protagonismo do seu processo de aprendizagem e a desenvolver
 - autonomia moral e intelectual;
 - Ampliar os horizontes dos alunos desvelando a diversidade e complexidade do real por meio de experiências instigantes;
- Empoderar os alunos para uma inserção social consciente, ética e transformadora. (ESCOLA DA SERRA, 2023, p.14).

Tais finalidades para serem alcançadas, determinam como pressuposto um bom desenvolvimento na gestão escolar e por todos os envolvidos, no qual buscaremos transmitir todas as informações prestadas em seu projeto pedagógico, que afirmam estar alcançando ao longo dos anos de aprendizagem todas as suas finalidades, mas sempre buscando melhorar.

Apontam também como premissas, ou seja, suas principais propostas são baseadas nos seguintes tópicos:

- Busca permanente da essência do ato de educar;
- Coerência entre visão de mundo, valores e prática cotidiana;
- Compreensão do aluno como um ser singular e de múltiplas dimensões;
- Relações de confiança, respeito e afeto que se refletem no ambiente escolar;
- Aprendizagem significativa, alegre, instigante, rica e transformadora;
- Foco na aprendizagem (não no ensino) e no desenvolvimento da autonomia;
- Exigência elevada, possibilitando que o aluno desenvolva todo o seu potencial. (ESCOLA DA SERRA, 2023, p. 14)

O projeto apresenta uma reflexão sobre o conceito de escola construtivista, destacando que se trata de uma instituição que adota uma nova abordagem em relação à aprendizagem, buscando potencializar os processos de construção de conhecimento pelos alunos. Essa abordagem se reflete na estruturação do ambiente e das relações na escola, que devem ser baseados na confiança mútua e na democracia diária.

Um dos diferenciais da Escola da Serra, que serve como exemplo, é a valorização da exploração do sentido do que se estuda em vez da simples transmissão de conteúdos prontos e sem significado. Isso incentiva o aluno a assumir um papel mais ativo em sua própria aprendizagem, buscando a pesquisa e autoria do conhecimento. O foco da ação pedagógica deve estar na aprendizagem individualizada, levando em conta as peculiaridades de cada aluno, e não no ensino massificado, sendo a postura contemplada por autores como Paulo Freire e Eric Weil.

Outro ponto importante destacado pelo projeto pedagógico da escola da serra mediados pela a própria epistemologia é o papel do educador, que deve deixar de ser visto como uma autoridade que sabe e ensina a quem não sabe, para se tornar um

instigador, orientador e parceiro do aluno no processo de construção de conhecimento. Dessa forma, a aprendizagem passa a ser vista como um processo dual, em que o aluno e o educador colaboram na produção e reprodução de conhecimento, em vez de ser unidirecional.

A aprendizagem não se resume apenas ao conhecimento teórico, mas também depende do comprometimento e do prazer do professor em ensinar, como ressaltado por Maturana e Varela (1996). Quando o educador transmite seu entusiasmo e paixão pelo aprendizado, o aluno é contagiado por essa satisfação, tornando a experiência de aprendizagem mais prazerosa e significativa.

Nesse contexto, é relevante destacar a LDB, em seu artigo 13, que ressalta a importância de levar em consideração requisitos para os docentes, especialmente no que diz respeito ao aprendizado do aluno. Isso representa um avanço legislativo, pois coloca o aluno como o centro do processo de aprendizagem, reconhecendo sua importância e necessidades.

Em suma, o projeto pedagógico da escola busca embasar-se em uma epistemologia construtivista, que fundamenta toda a sua pedagogia. Essa abordagem valoriza a participação ativa dos alunos e a colaboração entre educadores e alunos no processo de construção do conhecimento. A ênfase está em criar um ambiente educacional que estimule a autonomia, a criatividade e a cooperação, promovendo uma aprendizagem significativa e envolvente.

5.4 Do ensino especial

O projeto pedagógico, também busca tratar da importância da inclusão e da valorização da diferença na sociedade, em especial no ambiente escolar. Importante ressaltar, que até pelo o próprio histórico do prédio da escola, quando sediado pelo IPAMIG, já detinham um extremo cuidado quanto a intolerância humana em relação à diversidade e as formas de exclusão que isso gerou, como por exemplo por etnia, raça, gênero, condição social, convicção política, religião, orientação sexual, condições físicas ou mentais. No entanto, buscam atualmente tratar em uma forma eminentemente construtiva de uma sociedade inclusiva que valorize e acolha a diversidade.

A Escola da Serra deve servir como um exemplo de instituição que valoriza a inclusão e a diversidade, sendo este o seu propósito. Promovendo o sucesso

educativo e social de crianças e jovens com deficiência ou com altas habilidades, além de evitar a elitização, acolhendo alunos de diferentes níveis socioeconômicos, mesmo se tratando de uma escola particular. A escola ainda procura conscientizar sua comunidade escolar de que uma escola "normal" é aquela que reflete a composição da sociedade na qual está inserida, ou seja, uma sociedade diversa.

No tocante a valorização da diversidade, que é intitulada ainda no início da LDB, encontrada como princípios a serem superados e respeitados por todos. O artigo 3º, traz a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e apreço pela a tolerância, gestão democrática principalmente no ensino público (Oliveira, 2007).

Temos que ainda na proposta legislativa a ênfase no fortalecimento da diversidade, principalmente por basear em ensino democrático seria altamente contramão fornecer a nossas crianças, adolescentes e adultos proposta diferente.

O projeto pedagógico institui mesma interpretação sobre a educação especial, que é encontrada no artigo 58, que menciona:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996).

E claro que tendo uma lei que não busca restringir a sua aplicação, sendo determinada como flexível e aberta, ao se tratar da educação especial, não se apresenta diretamente em processos avaliativos mais refere-se a classes, escolas ou serviços especializados (Art. 58, parágrafo 2º), bem como os currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicos (Art. 59, I).

Pedro Demo (2008), destaca ainda que há a possibilidade de aceleração do período de aprendizagem para aqueles considerados como superdotados (Art. 59, II), mas também aqueles que não tenham uma progressividade, retiram a visão de repetência e incluem todos estes aspectos alcançáveis através de um bom processo avaliativo.

5.5 A ética

A ética para a escola da serra, deve ser aplicada na vida cotidiana rotineiramente, sempre sendo destacado a importância da postura ética como uma

escolha pessoal que exige esforço e compromisso. A Ética é definida como a opção de colocar-se a favor da vida e da dignidade de todos os seres humanos, reconhecendo o outro como igual e detentor de direitos iguais. Ser ético não é um conceito abstrato, mas uma questão do dia a dia, em que nossas ações normalmente impactam o outro.

Na legislação, podemos enquadrar quando se retrata sobre os princípios e fins da educação nacional, no qual o docente e os operadores escolares, deverão respeitar a liberdade e apreço à tolerância e garantia do padrão de qualidade de ensino, conforme artigo 3º, inciso VI e IX da LDB.

O autor do projeto pedagógico, faz uma distinção entre ética e moral, destacando que a moral diz respeito à tradição e às prescrições sociais de conduta, enquanto a ética refere-se à decisão interna do sujeito de atuar de forma positiva e solidária no meio externo. É importante ressaltar que a moral pode variar entre grupos e mudar com o tempo, enquanto a ética é uma escolha pessoal que pode ser aplicada universalmente.

A escola tem o dever de contribuir para que os alunos abracem valores éticos que promovam a defesa dos direitos humanos, a busca da justiça e da paz, o cuidado pelo bem comum e a preservação do planeta. Esta postura ética, por sua vez, deve ser feita mediante a autonomia dos alunos como uma escolha pessoal que exige esforço e compromisso, mas para isso deve existir a necessidade de promover valores éticos na educação, no qual é proporcionado pela escola da serra. De maneira geral, a análise que podemos fazer até aqui, é que a distinção entre ética e moral, reside na importância da consciência individual na tomada de decisões.

A visão dada sobre a educação e o papel da escola na formação de cidadãos críticos e éticos, que participam ativamente da sociedade por meio da prática da democracia. Acredita-se que a democracia é a forma mais eficiente de regular e legitimar as diferentes visões de mundo e de sociedade que competem por espaço nos corações e mentes das pessoas.

A escola é vista como um espaço apropriado para a discussão, defesa de opiniões, exposição de pontos de vista, pesquisa, construção de hipóteses e conclusões, onde os alunos devem ter vez e voz, mas também aprender a respeitar o direito dos outros e a convivência social que impõe limites ao espaço pessoal. É enfatizada a importância da liberdade de expressão em todas as suas formas, bem como da escuta do outro, do exercício do diálogo e da construção coletiva.

Além disso, a escola é vista como um ambiente favorável à construção do conhecimento de forma individual e personalizada, onde cada aluno pode desenvolver sua capacidade de argumentação e prática da democracia. Acredita-se que a formação de cidadãos críticos, éticos e criadores de cultura deve ser feita sem proselitismo, respeitando e valorizando as diferenças étnicas, religiosas, pessoais ou sociais.

Destaca-se ainda, que educar é um ato profundamente político, e que a construção da democracia exige prática, escuta e capacidade de argumentação. Portanto, a escola deve ser um espaço dialógico e horizontalizado, onde todos os envolvidos possam participar ativamente da construção de um ambiente democrático e acolhedor.

Nesta linha o Parecer CNE/CEB número 3 (Brasil, 1997) destaca:

O currículo do ensino fundamental deverá propiciar a articulação dos valores da cidadania (saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura, linguagens) com as áreas do conhecimento Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, Língua Estrangeira e, quando for o caso, Língua Materna e Ensino Religioso. Note-se que essa relação de áreas do conhecimento não deve ser confundida com 'lista de disciplinas obrigatórias' a serem cobradas dos estabelecimentos de ensino.

A Escola da Serra promove uma formação integral dos alunos, que compreenda a complexidade e diversidade do mundo em que vivem e os prepare para agir de forma ética e responsável diante dos desafios que se apresentam. A importância da escola como um espaço de encontro de sujeitos com concepções de mundo e culturas diversas, onde as diferenças são respeitadas e possibilitam trocas e crescimento para todos.

Nesse sentido, podemos perceber que a Escola da Serra constrói essas relações de cooperação na comunidade escolar e se abre à possibilidade da participação da comunidade em seus eventos educacionais, culturais e recreativos.

O projeto pedagógico ainda predispõe sobre os valores pelos os quais pretendem aplicar no ensino escolar, em que transcrevemos na íntegra:

- Respeito: polidez; consideração com o outro, com o planeta e consigo mesmo; zelo pelo bem comum
- Solidariedade: sensibilidade, empatia, cooperação
- Simplicidade: foco no essencial; desprendimento

- Adaptabilidade: consciência de impermanência; noção de processo; tolerância ao erro e à frustração
- Internalidade: autorresponsabilidade; capacidade de assumir as consequências das próprias escolhas e ações
- Dialogicidade: escuta; busca de conciliação; consciência da multiplicidade de perspectivas concepções
- • Comprometimento: autoexigência, determinação, organização, planejamento, cumprimento de metas
- Ousadia: percepção do novo como oportunidade; disposição para arriscar-se com consciência (ESCOLA DA SERRA, 2023, p. 20).

Ao analisar o projeto pedagógico da Escola da Serra, destaca-se a importância da escola como espaço de encontro e respeito às diferenças, assim como seu papel na formação cidadã e na promoção de relações de cooperação na sociedade. Exemplos de ações sociais desenvolvidas pela escola podem ser citados para ilustrar sua atuação nesse sentido. Além disso, discute-se a relevância da participação da comunidade na construção de uma educação mais democrática e inclusiva.

5.6 Organização escolar

Com base nos valores discutidos anteriormente, verifica-se que uma boa formação escolar é essencial para promover o crescimento acadêmico em conformidade com esses valores. Nesse sentido, a escola adota a organização por ciclos com progressão continuada, o que permite a participação e a aplicação desses valores em todo o contexto escolar.

A legislação permite que as instituições escolares tenham flexibilidade para organizar sua estrutura e finanças, assim como adotar estratégias educacionais que melhor se adequem aos seus objetivos e métodos. Dentre as possibilidades, é permitido adotar séries anuais, períodos semestrais, etapas, módulos, fases, ciclos, classes não-seriadas ou outras abordagens consideradas apropriadas. Além disso, é permitido organizar turmas com alunos de diferentes níveis, quando isso traz vantagens pedagógicas, como no caso do ensino de línguas estrangeiras, informática e artes (OLIVEIRA, 2008). O artigo 23 da LDB destaca:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (Brasil, 1996).

Sendo contemplado também no artigo 32, §1º da LDB, que aprova a liberdade das instituições de ensino para a forma de organização. Entretanto, em se tratando do ensino médio a lei não menciona com especificidade sobre essa abertura como nos demais níveis escolares, relatando apenas no artigo 35-A, §8º sobre a importância de as metodologias serem desenvolvidas mediante avaliações teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividade on-line, para que o aluno ao final tenha capacitação autônoma para possibilitar construir seus caminhos profissionais.

Porém, se formos avaliar a legislação de maneira geral, e assim como determinada Pedro Demo (2007) que se trata de norma flexível e aberta, facultando uma diversidade metodológica, podemos concluir que mesmo não autorizando com clareza, também deixa de proibir podendo a instituição a liberalidade de continuar a formação instituída ainda no ensino básico.

O modelo de ensino com a seriação tradicional, na qual os alunos são agrupados por idade e avançam para a série seguinte juntos, independentemente do seu ritmo de aprendizado. Já a organização por ciclos permite que os alunos desenvolvam suas competências de cada área de acordo com seu ritmo, contemplando as diferenças individuais de desenvolvimento cognitivo e psicológico.

Nessa parte, a intenção flexibilizadora atinge níveis ainda mais surpreendentes, tornando-se quase uma obsessão, tamanha é a insistência. No Art. 23, diz: “A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”. Encontramos aqui uma inovação de grande profundidade, a começar por colocar todos os meios a serviço do fim maior, que é o processo de aprendizagem. Na prática, o texto, ao desfilas alternativas de organização, simplesmente afirma que, por conta do processo de aprendizagem, vale toda forma de organização que lhe for necessária e útil. É quase um “vale-tudo”, no bom sentido. O aluno precisa, definitivamente, aprender.

Para tanto, cabe organizar por séries anuais, períodos semestrais, ciclos etc., parecendo uma ladainha sem fim e essencialmente aberta (Demo, 2008, p. 20).

A partir disto, temos condizentes com a norma a oferta dentro do PPC, a organização escolar mediante seis ciclos, que contemplam as diferentes fases do desenvolvimento cognitivo e psicológico da criança e do jovem. Essa modalidade permite que os alunos desenvolvam suas competências de acordo com seu ritmo, garantindo um período contínuo de aprendizagem e trabalho ao longo do qual são levadas em conta a singularidade de cada indivíduo.

5.7 Matriz curricular

A fragmentação do conhecimento nas disciplinas escolares, pode ser interpretado como um obstáculo para uma aprendizagem mais significativa e integrada. Porém, a forma de divisão dos pilares do conhecimento pode resultar em uma pulverização do aprendizado e, em alguns casos, redundância na abordagem de temas em diferentes disciplinas. A Escola da Serra tem uma abordagem diferenciada, organizando o currículo por áreas do conhecimento, o que permite uma vinculação mais coerente e sinérgica entre conteúdos que são tradicionalmente ministrados em disciplinas diferentes.

Essa abordagem favorece a interdisciplinaridade, permitindo que a aprendizagem tenha um caráter orgânico e cumulativo ao longo dos ciclos, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, esta estrutura do currículo da Escola da Serra é composta por sete áreas de conhecimento, sendo:

- Arte: articula as modalidades Teatro, Dança, Música e Artes Visuais;
- Linguagens: abrange Língua Portuguesa e Línguas Estrangeiras;
- Ciências Humanas e Sociais: constitui componente curricular único, englobando História, Geografia, Sociologia, Filosofia;
- Ciências da Natureza: constitui um único componente curricular englobando Biologia, Física, Química;
- Matemática: abrange os diversos segmentos da matemática: Aritmética, Geometria, Álgebra, Estatística;
- Corpo e Mente: articula Educação Física, Capoeira, Tai Chi Chuan, Aikidô, Yoga;

- Cidadania e Projeto de Vida: existente apenas no Ensino Médio, este componente curricular abrange Empreendedorismo, Direito, Economia Política, Administração, Psicologia. (ESCOLA DA SERRA, 2023, p. 22).

É claro, que pela a forma da estrutura escolar, não se pretende identificar ou dar maior ênfase para algumas áreas em detrimento de outras, mais sim propiciar uma visão global, em que seu conjunto pode oferecer ao aluno a oportunidade de perceber a complexidade dos fenômenos dentro das relações e vivência em cidadania.

Neste compasso a legislação menciona em seu artigo 27 da LDB que dentro do ensino básico os conteúdos devem observar além do caráter conteudista a difusão de valores fundamentais ao interesse social, direitos e deveres. Considerações das condições de escolaridade dos alunos que podemos destacar como sendo os conteúdos predefinidos em seu sistema cognitivo, orientação para o trabalho, promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

Dentro da normativa um grande avanço em comparação com os antigos regimes, uma vez que reconhece na estrutura da lei as práticas desportivas que seria as brincadeiras e demais atividades que não possuem conteúdo ou critério avaliativo, mas que também são importantes para o crescimento e desenvolvimento social dos alunos, conforme artigo 27, inciso III da mencionada lei.

É perceptível que limitar a grade curricular seria restringir o processo de aprendizagem acadêmica. A importância de abertura das escolas formularem seus próprios conteúdos a serem desenvolvidos em conformidade com a necessidade de cada aluno e vivência na comunidade escolar, conforme artigo 26 da LDB compactua com o intuito inicial legislativo que é flexibilizar o ensino.

No ensino fundamental o artigo 32 da LDB, preleciona nos incisos I a IV que deverá ser observado dentro da estrutura curricular o desenvolvimento de capacidades de aprender, domínio de leitura, escrita, cálculo, compreensão de ambiente natural e social, sistema político, tecnologia, artes, valores sociais, aquisição de conteúdos, habilidades, fortalecimento de vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca na vida em sociedade.

Para o ensino médio, temos pequeno conflito normativo uma vez que em toda a lei, busca conduzir pelo o aspecto da flexibilidade e abertura para o desenvolvimento e organização escolar. Porém, quando a lei menciona em seu artigo 35, parágrafos §8º sobre a formação do currículo escolar baseando-se por atividades práticas e

teóricas, no artigo 36 do mesmo diploma preceitua sobre a unificação dos currículos baseando-se pela a BNCC e por demais formativos que se fizerem necessários.

Impera mencionar, que ainda no *caput do artigo 36* busca abordar que mesmo se baseando pela a BNCC, devem ser levados em consideração as diversificações de atividades pedagógicas a serem ofertadas, conforme a relevância local e possibilidades de aprendizagem dos discentes.

Nesta perspectiva, a lei buscando esclarecer tais conflitos aborda em seu artigo 36, os seguintes parágrafos nos quais vale a transcrição:

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.

§ 10. Além das formas de organização previstas no Art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica.

§ 12. As escolas deverão orientar os alunos no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional previstas no caput. (Lei nº 9.394/1996).

É perceptível pela a leitura que existe uma condução do legislador em manter a abertura para as escolas se organizarem conforme grau de prioridades e necessidades a serem atendidas, que podemos compreender como sendo uma reestruturação das áreas de conhecimento, conforme a ocasião e precisão dos alunos.

O artigo 43, §3º da LDB, que desenvolve sobre o padrão das universidades a elaborarem os seus vestibulares, mesmo não sendo a prioridade da educação, mas mera consequência de um bom caminho de aprendizagem, no qual já designa que deverão ser respeitados os mesmos conteúdos indicativos na BNCC.

Assim, a escola da serra, busca desenvolver os seus conteúdos respeitando as indicações normativas, entretanto acrescentando além das disciplinas conteudistas como história, matemática, geografia e entre outros o desenvolvimento de aspectos que somente faz sentido para o crescimento individual como cidadão e ser humano, como educação financeira e política.

Nas escolas tradicionais, a estrutura curricular tem a valorização de determinadas disciplinas, sendo acostumados como um corpo único de estudos, e bem restringidos, sem aprofundamento adequado. Porém, as disciplinas conversam entre si, e devem ser trabalhadas dentro de suas individualidades, mas sopesadas pelas suas semelhanças.

Temos então que além de uma matriz curricular mais abrangente dentro do próprio projeto pedagógico, servindo como base e meta para todos os docentes o ensino em conjunto de todas as disciplinas, por entender ser viável o aprendizado completo e com uma visão global do que vem sendo aprendido dentro da escola, passíveis de serem aplicado fora dela.

5.8 Ciclos: estratégia de organização

A organização do tempo escolar proposto pela a Escola da Serra é identificada no PPC como através de ciclos com progressão continuada dentro do ciclo. Esse modelo de ensino é uma alternativa à seriação tradicional, na qual os alunos são agrupados por idade e avançam para a série seguinte juntos, independentemente do seu ritmo de aprendizado.

Tal modalidade de organização escolar já vem prevista na LDB, em seu artigo 32, §1º e §2º, que preleciona:

Art. 32. O ensino Fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

§1º- É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§2º- Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino (Brasil, 1996).

A leitura que o artigo busca trazer para o campo educacional refere-se a primeiramente como sendo o entendimento legal de ensino fundamental como direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos (Carneiro, 2018), fato este complementado pela a resolução CNE/CEB 7/2010.

Podemos compreender que quando a lei menciona sobre a possibilidade da organização escolar mediante ciclos e de progressão continuada, refere-se a toda estrutura escolar, por ser de garantia fundamental a todos os indivíduos não especificando ou restringindo qualquer nível escolar.

É claro, que dentro de cada modalidade de estrutura escolar escolhida para uso deverá ser observado e tomado com cautela, para conseguir contemplar todo o processo de aprendizagem, justamente porque independentemente do tipo de ensino aplicado o foco central sempre será o aluno. A ideia de ciclos está eminentemente

ligada ao sistema de progressão continuada, forma imaginada pelo legislador, como um meio alternativo da progressão automática. Esta alternativa permite, quando *bem aplicada*, uma redução dos índices reprovação e evasão escolar (Carneiro, 2018).

O autor Philippe Perrenoud (2004), destaca três grandes situações a serem preservadas pela às instituições ao utilizarem do sistema de ciclos, sendo primeiramente a boa administração, pois com uma gestão equilibrada induz logicamente a progressões otimistas ao longo do tempo, o qual quando não sendo realizada adequadamente pode ao contrário agravar os fracassos e desigualdades. Segundamente, que os ciclos não podem ser apenas entregues aos alunos, e estes se virem para gerenciar, se é preciso separar os ciclos de duas noções análogas, mas distintas: a pedagogia diferenciada (acompanhamento por um professor-supervisor) e a individualização dos percursos de formação.

Por fim, para o autor supramencionado, os ciclos somente são capazes de funcionar se os objetivos de formação visados ao final dos percursos forem claramente definidos, o que precisaria uma boa elucidação dos caminhos a serem traçados para alcance, com participação de toda a comunidade escolar e familiar para que ao final tenha-se bons resultados.

A organização por ciclos permite que os alunos desenvolvam as competências de cada área de acordo com seu ritmo, contemplando as diferenças individuais de desenvolvimento cognitivo e psicológico. Na escola da serra se subdivide em seis ciclos, destacando que as idades são apenas referências para a entrada em cada ciclo, podendo haver variações, principalmente quanto à evolução do discente.

No PPC, disponibilizam que para o alcance das finalidades pré-determinadas pelos discentes, será preciso de uma boa gestão escolar, baseando-se na organização dos alunos em ciclos de formação, que contemplam as diferentes fases do desenvolvimento cognitivo e psicológico da criança e do jovem. Essa organização permite que os alunos desenvolvam suas competências de acordo com seu ritmo, garantindo um período contínuo de trabalho ao longo do qual são levadas em conta a singularidade de cada indivíduo.

Na educação infantil, é dividida em dois ciclos de formação, o primeiro ciclo para crianças de 2 a 4 anos e o segundo ciclo para crianças de 4 a 6 anos. A capacidade de cada ciclo varia de 18 a 36 alunos, dependendo da idade e do número de professores e auxiliares pedagógicas.

No ensino fundamental são três ciclos de formação. O primeiro ciclo de 6 a 9 anos, valoriza o acolhimento afetivo, social e pedagógico das crianças que vêm da educação infantil, tendo um período de adaptação no primeiro ano em uma turma própria. O número referência de capacidade neste ciclo é de 96 alunos, sendo 36 na transição. O segundo ciclo, de 9 a 12 anos, e o terceiro ciclo, de 12 a 15 anos, correspondem à pré-adolescência e adolescência, respectivamente, e também têm capacidade referência de 96 alunos.

Já o ensino médio é composto por um ciclo único na faixa de 15 a 17 anos, correspondente à juventude, e a capacidade referência também é de 96 alunos.

De fato, os ciclos são uma ideia melhor do que a seriação, que vem do ensino tradicionalista do século XIX. No entanto, é importante destacar que para o ensino público existem diversas dificuldades, já que há uma grande quantidade de alunos para um único professor. Além disso, por mais que a legislação disponibilize tais alternativas organizacionais, os governantes não estão dispostos a arcar com as despesas dos professores e auxiliares pedagógicos necessários, o que poderia tornar o processo de ensino mais complexo ao invés de facilitar o caminho do aprendizado acadêmico, conforme bem explicado pelo autor Philippe Perrenoud (2004).

Temos então, que a escola da serra distribui os ciclos visando um período de adaptação nos primeiros anos e posteriormente o desenvolvimento cognitivo e de conteúdos pré-definidos na BNCC, novamente não fugindo dos regramentos legais. Entendemos que para este tipo de organização escolar recair sobre o ensino público se valia de um vasto interesse pela a própria gestão de cada unidade escolar, tal como auxílio financeiro pelos órgãos públicos.

Dentro das áreas de conhecimento trabalhados na escola da serra, temos como estratégia de organização curricular uma fragmentação do conhecimento nas disciplinas escolares e como isso pode ser um obstáculo para uma aprendizagem mais significativa e integrada. Destaca-se que a fragmentação do conhecimento pode resultar em uma pulverização do aprendizado e, em alguns casos, redundância na abordagem de temas em diferentes disciplinas. Aplicam-se uma abordagem diferenciada, organizando o currículo por áreas do conhecimento, o que permite uma vinculação mais coerente e sinérgica entre conteúdos que são tradicionalmente ministrados em disciplinas diferentes.

Essa abordagem favorece a interdisciplinaridade, permitindo que a aprendizagem tenha um caráter orgânico e cumulativo ao longo dos ciclos, desde a

Educação Infantil até o Ensino Médio, sendo composta por sete áreas de conhecimento.

5.9 O papel do tutor na escola da serra

A Escola da Serra é composta por uma equipe de tutores, que auxiliam e contribuem no desempenho acadêmico. É lógico que sendo possível também no cenário público poderíamos pensar em uma maior visibilidade prática do constante na LDB em seu artigo 32, §1º e §2º (os ciclos) mencionados no tópico anterior. A responsabilidade de um tutor, sendo descrito como um mentor que desempenha um papel formativo essencial ao acompanhar o desenvolvimento da maturidade do estudante. Ele é uma referência de comportamento, valores e posturas éticas e estéticas, e atua como aconselhador e incentivador do estudante para que este tome consciência de seus desejos e potenciais e se comprometa com a busca da realização de seus próprios sonhos.

Também, ajuda os estudantes a desenvolver hábitos de organização e produtividade, ensina-lhes técnicas de estudo, administração do tempo e gestão de prioridades. Podendo acompanhar, incentivar e cobrar o desempenho dos alunos, tanto em momentos de conversas individuais quanto em encontros em grupo.

É importante destacar que o grupo de tutorando deve ser percebido pelo tutor como um pequeno coletivo que vive, convive e compartilha expectativas comuns. Isso significa que o tutor deve incentivar a interação entre os alunos e promover um ambiente colaborativo, conforme regimento escolar.

Os tutores dentro da escola da serra, também exercem a responsabilidade de se reunir periodicamente com as famílias dos alunos para esclarecer dúvidas sobre a evolução dos filhos, acordar estratégias que possam beneficiar o seu desenvolvimento e prestar orientações. Assim, os tutores atuam como a linha de frente no atendimento aos alunos e seus responsáveis de maneira a contemplar a efetividade da medida organizacional pelos ciclos, que quando bem utilizados agregam ao processo de aprendizagem.

Dentro do projeto pedagógico, os mesmos determinam como seguintes pressupostos a serem seguidos pelo os tutores:

- levar o aluno a desenvolver hábitos adequados de organização, priorização de tarefas e administração do tempo (inclusive, hábitos extraescolares que impactam sua vida escolar);
- incentivar o aluno a ser auto exigente, desenvolvendo o gosto por realizar trabalhos com profundidade, qualidade e cuidado estético;
- garantir que o aluno desenvolva hábitos, estratégias e técnicas eficazes de estudo;
- assegurar que o aluno conduza bem seu plano de estudos, orientando-o na superação de pendências;
- sensibilizar o aluno para a importância de honrar a palavra dada e os compromissos assumidos, cobrando respeito aos prazos acordados;
- proporcionar ao aluno um ambiente seguro de escuta ativa e acolhimento;
- compartilhar informações pertinentes com os demais professores do aluno e seus responsáveis;
- atuar como principal interlocutor entre a Escola e a família. (ESCOLA DA SERRA, 2023, p. 23).

Compreende-se que o tutor tem o papel de auxiliar o aluno em seu processo de aprendizagem, orientando-o quanto às melhores abordagens e ferramentas para alcançar o sucesso acadêmico. É notável que o papel não é tão comum em escolas e universidades públicas, sendo mais presente em instituições de ensino a distância, essa ausência faz com que os professores tenham uma carga maior de trabalho e atividades docentes, além das já rotineiras.

Conforme o livro educação no século 21, com criação de um conjunto de autores que buscam enriquecer o mundo da educação, no qual sistematizam a respeito da responsabilidade e função da tutoria os seguintes aspectos:

A personalização da educação pressupõe que os alunos desenvolvam seu próprio percurso educativo independentemente de gerir a si mesmos, e também decidam sobre como e o que querem aprender. Isso nos força a deixar de lado o papel tradicional do professor. Uma criança que segue seu próprio caminho precisa, acima de tudo, de apoio para alcançar a autoconsciência e ajuda a desenvolver competências para uma aprendizagem eficaz. O auxílio do tutor é necessário para realizar essa tarefa, mostrando ferramentas, chamando a atenção para o processo de aprendizagem e incentivando a elaboração de análises e a formulação de conclusões. O tutor está por perto sempre que o aluno precisa dele. A tecnologia moderna o auxilia, a qualquer tempo e lugar, sob a forma de um tutor virtual (SMITH *et al.*, 2022, p. 45).

Neste mesmo sentido, conforme resolução CNE/CEB n. 3, de 8/10/1997 e replicada na Resolução CNE/CEB n. 2, de 28/5/2009, que tenha fixado as Diretrizes para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica como sendo:

Art. 2º §1- São considerados profissionais do magistério aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de Educação Básica, em suas diversas etapas e modalidades (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional, Educação Indígena), com a formação mínima determinada pela legislação federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (CNE/CEB n. 2, de 28/5/2009)

Os tutores desta forma, mesmo não sendo reconhecidos a estimada importância dentro da LDB, foram posteriormente mediante as resoluções que também possuem legitimidade, fazendo com que sejam componentes da estrutura de profissionais da educação, fazendo parte do processo de aprendizagem de modo a agregar a funcionalidade dos ciclos e de consequência o processo de aprendizagem de cada aluno em sua individualidade.

Deste modo, incluir dentro do ensino o tutor, que possui como sua função o de tutoriar e indicar os melhores caminhos para os alunos é de grande valia, justamente, porque se dividir as funções dentro do sistema educacional, sem pesar para apenas uma função ou outra, traz melhores indicativos para o alcance do processo de aprendizagem do acadêmico.

5.10 Perfil dos profissionais

Conforme a leitura do PPC até o momento, podemos perceber que existe uma preservação para o tratamento humanitário escolar, em que para uma boa aplicabilidade se faz necessário de um perfil profissional adequado, capaz de compreender todos os objetivos, fundamentos, princípios e caminhos pelos quais a escola da serra pretende exercer dentro do seu ensino.

Destacam do PPC, como objetivo a ser traçado a existência de profissionais que tenham competências além de um bom desenvolvimento conteudista em sala de aula, mas também serem éticos, respeitosos, cordiais e colaborativos, capazes de escutar sem julgamentos e de exercer a autoridade de forma equilibrada.

É descrito, que o ambiente escolar é preciso ser agradável, acolhedor e respeitoso devendo ser construído com tranquilidade, bom humor, alegria e entusiasmo, baseado por uma equipe escolar (e não somente os professores) que transmitem ética, confiança, respeito mútuo, colaboração, verdade e transparência. Informam ainda, a obrigatoriedade de os profissionais da escola conhecerem detalhadamente o Projeto Pedagógico e serem coerentes com ele, trabalharem em equipe, serem proativos e responsáveis pela evolução atitudinal do aluno.

A partir das concepções do PPC, podemos perceber que algumas questões se assemelham com as determinações legais, direcionando além dos pontos acima mencionados, a importância de os docentes sempre buscarem melhorar e aperfeiçoar os seus trabalhos através de capacitações e disposições para melhoria contínua, conforme artigos da LDB (Brasil, 1996) que destacam:

Art. 32 - bonificação de desempenho.

Art. 36, parágrafo 12 - escolha de áreas de conhecimento e de atuação profissional.

Art. 58, parágrafo 2º- Pedagogia hospitalar, classe hospitalar e assistência pedagógica domiciliar.

Art. 61, inciso IV - profissionais com notório saber.

Art. 61, 62 e 62-A - profissionais da educação, trabalhadores da educação.

Art. 67, inciso III - piso salarial, valorização do magistério e visão internacional do salário do professor do ensino fundamental.

Art. 75, parágrafo 4º - certificação de professores.

Os mencionados artigos abordam de maneira geral sobre a valorização do profissional da educação, incluindo sua formação e piso salarial. Entretanto, reconhecemos que ainda é preciso melhorar bastante o reconhecimento dos educadores no cenário educacional geral, para que se sintam incentivados a produzirem um bom planejamento pedagógico.

Compete esclarecer, que para o cenário público, por mais que exista um grande desenvolvimento de cursos de capacitação para os profissionais, no qual competiria uma pesquisa específica para verificar o porquê de na maioria das escolas ainda existirem dificuldades com resultados não agradáveis.

Interessante frisar o fato de a própria legislação reconhece não somente aos docentes que possuem maior contato direto com os alunos, mas também todos aqueles que são envolvidos indiretamente, com serviços auxiliares conforme Art. 61, inciso II da legislação que aborda sobre os demais profissionais da educação, que na íntegra ressalta:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Lei nº 9.394/1996).

Hernández (1998) destaca que dentro de uma peça-chave do ensino e da aprendizagem que possibilite aos docentes uma pronúncia sobre os avanços educativos dos alunos e, a esses, contar com pontos de referência para julgar onde estão, aonde chegar e do que vão continuar aprendendo. O processo avaliativo é importante, mas não deve ser considerado como ponto crucial dentro do processo de ensino, nada mais é, que uma fase do processo de aprender, não podendo ultrapassar ou gerar possíveis danos ou traumas aos discentes.

A Escola da Serra trata sobre o professor como aquele que incentiva seus alunos a compreenderem o significado de ser estudante, envolvendo prontidão, comprometimento, autoexigência, organização e equilíbrio no desenvolvimento das diversas inteligências, contribuindo assim para que o aluno desenvolva sua autonomia.

O tópico do PPC se encerra com os indicativos, que seria o sexto aspecto, que aborda sobre o professor enxergar-se como responsável pela formação global do aluno, não apenas pela aprendizagem específica de sua área de conhecimento. Isso significa de modo geral que o professor deve ajudar o aluno a desenvolver habilidades de vida, como valores, boas maneiras, relacionamento, disciplina e ética.

5.11 Comunidade escolar

O projeto pedagógico trabalha ainda sobre o perfil da comunidade escolar, que advém desde uma estrutura ainda em 2004, pelos os seus educadores, familiares e alunos durante o planejamento estratégico para criação da escola. O autor enfatiza que a generalização é inexata, mas descreve as características gerais da comunidade da escola, incluindo as famílias, funcionários e alunos.

Sobre as famílias, destaca que procuram a Escola da Serra pessoas que acreditam em uma educação humanista, crítica e significativa, voltada para a formação de jovens autônomos e que cultivem valores baseados na solidariedade e

no bem coletivo. Além disso, desejam uma escolarização sem sofrimento, que propicie a descoberta e o desenvolvimento de seus potenciais e tratamento individualizado.

Entre os alunos que deverão atender ao perfil, capazes de conseguir participar ativamente dentro das atividades curriculares da escola, devem ser caracterizados pela simplicidade, pela capacidade de acolhimento aos novos colegas, pela tranquilidade com que convivem na diversidade, pela serenidade, alegria e espontaneidade. Eles desenvolveram grande habilidade de análise e pesquisa, sabem exercer a crítica, gostam de participar, são autônomos, criativos e rejeitam estereótipos.

Não menos importante, a comunidade que vive as proximidades da Escola da Serra, que almejam uma sociedade democrática justa, inclusiva, humanista, que valoriza as diferenças, onde impere a solidariedade, o respeito, a ética, a cooperação, onde a liberdade seja o espaço da expressão criativa e de construção da individualidade. Essa sociedade será construída por cidadãos atuantes, críticos e éticos, sem medo do novo, que terão discernimento para avaliar situações com autonomia e criatividade, balizados pelo senso de justiça e honestidade.

É importante enfatizar que a inclusão da comunidade escolar no projeto pedagógico da Escola da Serra tem sido considerada um elemento crucial para o processo de aprendizagem, visando promover uma abordagem mais democrática. Essa abordagem tem sido discutida por renomados autores do campo educacional, como Pedro Demo (2005) e Christensen (2002). Além disso, a falta de aceitação por parte do público-alvo, incluindo alunos, pais e comunidade, é uma das principais críticas à falta de inovação nas escolas.

A legislação pátria a respeito de tal assunto menciona em seu artigo 12, especificamente em seu inciso VI, sobre a necessidade da unidade escolar desenvolver a integração entre a sociedade, família para com a Escola.

Esta intenção legislativa é justamente não responsabilizar o crescimento e desenvolvimento cognitivo, autônomo e humano dos indivíduos somente para a escola, mas proporcionando o rateamento destas responsabilidades. Até porque não compete somente a escola desenvolver um trabalho autônomo e democrático sendo que ao chegar na comunidade em que vive ou domicílio conviver com situações totalmente diferentes (Carneiro, 2018).

É tão verdade, que em ato contínuo a legislação dispõe em seu artigo 13, inciso VI sobre a necessidade de colaboração docente com as atividades a serem

desenvolvidas para que possa alcançar esta articulação necessária entre escola, família e comunidade. Assim como, predispõe como princípios na gestão democrática a ser esperada como a participação das comunidades escolares, conselhos e demais que se fizerem necessários, conforme artigo 14, inciso II da lei 9.394/1996.

A lei de diretrizes e bases da educação dentro de toda sua estrutura como já mencionado ao longo deste trabalho, no qual tenta fazer cumprir com os princípios basilares da carta Constituinte, no qual determina o acesso a educação adequada e de qualidade a todos os indivíduos sem distinção. Neste viés, incluíram o artigo 20 da mencionada lei (Brasil, 1996), que aborda o seguinte:

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: (Regulamento) (Regulamento) I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
II - comunitárias, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 12.020, de 2009).

Temos a partir de tal leitura, que mesmo quando estivermos diante de um ensino eminentemente particular, ainda sim será composto por parte de integrantes da comunidade local, abrangendo ainda mais a função e papel da população no ensino brasileiro, ou seja, não é somente participar indiretamente, mas diretamente das decisões que influenciam e interferem na gestão democrática esperada.

No que compete à responsabilidade da comunidade escolar, o legislativo buscou trazer maiores participações internas, trazendo inclusive a possibilidade de decisão sobre a língua estrangeira a ser desenvolvida a partir do quinto ano do ensino fundamental, de acordo com o artigo 26, §5º da LDB.

A partir disso, podemos perceber que a inclusão da comunidade no âmbito da estrutura escolar, além de favorecer com o próprio sistema, também fornece a aplicação prática de todo ensino democrático que se espera conter dentro das escolas, evitando justamente o rompimento dos conteúdos apreendidos em um local ou outro. Até porque, conforme David Ausubel toda a estrutura cognitiva acadêmica é de extrema valia, inclusive aquilo que não aprende dentro da escola mais que de alguma maneira irá interferir na sua aprendizagem.

5.12 Parte prática - o agir da Escola da Serra

Importante iniciar destacando que para a escola da serra, se divide a prática pedagógica em três grandes eixos:

- Habilidades de vida como diretrizes formativas transversais.
- Autonomia como princípio, meio e fim da ação pedagógica.
- Processo de aprendizagem estruturado em seis etapas (Escola da Serra, 2023, p. 35).

Temos a partir de então, que a reflexão que se dá sobre as mudanças no mundo atual e como essas transformações impactam a educação, o conhecimento enciclopédico já não é suficiente para atender as demandas do mundo moderno. Para uma educação que se concentra apenas em conteúdos formais descontextualizados já não é sustentável.

Existe e claro, a importância das competências socioemocionais ou habilidades de vida, que são habilidades importantes para uma vida equilibrada e produtiva e que também estão presentes nas diretrizes da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). O desenvolvimento dessas habilidades é visto como um objetivo comum a todas as áreas e ciclos da educação, e os educadores devem trabalhar para ajudar os alunos a alcançar níveis mais elevados de autonomia.

É preciso existir a realização de uma avaliação diagnóstica no início do ano letivo para orientar o trabalho da equipe pedagógica na definição de estratégias que visem estimular o desenvolvimento das habilidades de vida que faltam a cada aluno, demonstrando uma preocupação com a individualidade e especificidade do processo de aprendizagem de cada estudante.

Nos primeiros capítulos, buscamos trabalhar algumas temáticas sobre a função da escola dentro do ensino democrático, verificar a forma pelo qual a escola da serra aborda, faz com que interpretamos como ponto positivo, em face de perceber a importância da existência da escola, porém não coloca como ponto crucial para o crescimento humano e autônomo dos alunos, mesmo se tratando de ensino particular e, por vezes, estereotipada em relação aos seus prédios e ensinamentos dentro do mercado.

Esta autonomia, deve ser construída, porque ninguém nasce autônomo e a autonomia é uma competência a ser aprendida praticando-se autonomia. Para isso, é

importante que as crianças e jovens sejam encorajados a assumir desafios compatíveis com suas possibilidades e sejam chamados a opinar, escolher e responsabilizar-se por suas decisões. O educador deve abandonar o hábito de tutelar a criança e o jovem e valorizar o que eles têm a dizer, desejando que se sintam capazes, confiantes e empoderados, a escola destaca a possibilidade de ser conduzido mediante a construção coletiva de combinados, eleições de temas de projetos coletivos e atividades optativas (Oliveira, 2007).

5.13 Aprendizagem significativa: um processo em 6 etapas

Dentro do projeto pedagógico, os autores buscam trabalhar a aprendizagem mediante 6 etapas, que elucidam cada uma. Existe, e claro uma correlação com a teoria epistemológica de David Ausubel, influenciando no projeto pedagógico.

Importante destacar, que a Escola da Serra vem atualizando o projeto anualmente, tendo paralisado ou reduzido somente no período pandêmico. E esta teoria da aprendizagem significativa, foi bastante indicada nos anteriores projetos pedagógicos, sendo repetido no lançado em 2023.

De maneira a garantir toda essa construção de conhecimentos sólidos e abrangentes, a Escola da Serra estabeleceu um processo de aprendizagem estruturado em seis etapas, que começa com a Conexão (Lançando âncoras), em que o aluno estabelece um vínculo forte e significativo com o conteúdo a ser trabalhado, levanta hipóteses e define perguntas de pesquisa orientadoras do trabalho. Em seguida, na etapa de Planificação (Eficiência e Eficácia), o aluno se organiza para o trabalho, definindo metas, recursos necessários e possíveis planos B.

Este processo de aprendizagem da Escola da Serra tem como estratégia prioritária a produção de conhecimento, com o objetivo de guiar os alunos no despertar do espírito investigativo e no desenvolvimento de competências para se tornarem jovens pesquisadores e produtores de conhecimento, capazes de contribuir para a transformação do mundo, no qual precisamos.

A Escola da Serra menciona que sobre o ensino de línguas estrangeiras diversificadas, baseando-se em um novo modelo estruturado a partir de 2023. Esse novo conceito é baseado em sete princípios descritos no PPC (pág. 39) que buscam assegurar a coerência das estratégias de ensino com o conceito de educação que se

desenvolve na escola. Ocorrendo em uma continuidade de atos ao longo dos anos estudantis, do qual destacam-se três fases: Prontidão, Aquisição e Estruturação.

A fase conhecida como Prontidão ocorre na Educação Infantil e no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, e o trabalho dedicado à familiarização com a língua, desenvolvimento do gosto pelo aprendizado do novo idioma e alcance de prontidão para uma aprendizagem posterior mais sistematizada. Para estimular esse processo, a escola utiliza a metodologia ChatterBox, descrita no PPC que busca fazer com que as crianças vivenciam o inglês em situações reais e sem tradução, utilizando livros originais de literatura infantil em língua inglesa.

Dentro do segundo ciclo até o Ensino Médio, a escola institui um currículo estruturado por níveis, único para todos os ciclos, que assegura a continuidade no aprendizado e garante que cada aluno estude o que corresponde ao seu nível real de conhecimento. Os primeiros níveis consistem na Fase de Aquisição da língua, com intenso foco na comunicação oral (fala e compreensão), agregando-se também o foco na habilidade de leitura. A Fase de Estruturação ocorre a partir do momento em que os alunos têm conhecimentos suficientes para sistematizar o conhecimento da língua, acrescentando-se o foco na escrita.

Assim, a escola busca potencializar os bons resultados já alcançados e proporcionar aos alunos a oportunidade real de aprendizagem das línguas estrangeiras de forma significativa, onde os alunos são os protagonistas do processo de aquisição da língua, devendo estar em evidência em todo o ambiente da escola. Enfatizam que aprender uma língua estrangeira consiste em potencializar a capacidade de comunicação, desenvolvendo a habilidade de utilizar o repertório que o aluno possui na língua estrangeira de forma arrojada e criativa, investindo na autonomia do aluno.

No PPC, em que menciona sobre a forma avaliativa, já que não imperam o sistema de provas, como a maioria das escolas tradicionalistas. Abordamos nos capítulos iniciais, o quanto uma avaliação pode potencializar ou atrasar os índices escolares. Portanto, a proposta a ser utilizada deve ser levada em consideração, principalmente pela participação ativa do aluno e a facilitação com a correção e controle por parte do docente.

O acompanhamento e avaliação dos alunos em uma escola, desde a entrevista inicial até a avaliação diagnóstica e o acompanhamento contínuo. A avaliação do desempenho escolar é baseada nas vertentes diagnóstica, processual formativa e

considera o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, como autoconhecimento, autoestima, criatividade, ética e autonomia.

A avaliação não é apenas medir o conhecimento do aluno, mas oferecer apoio personalizado e orientação para aprimorar sua aprendizagem e desenvolvimento. A escola, assim, utiliza um sistema informatizado de gestão acadêmica para acompanhar os objetivos de aprendizagem e a evolução do aluno. O texto do PPC aborda que o aluno não recebe notas, mas sim observações e orientações do professor para se concentrar em sua própria evolução.

Neste diapasão, impera-se lembrar o contexto do artigo 23, inclusive já citado neste trabalho que independentemente da forma pedagógica em que se der o ensino desde que respeitado o indivíduo o foco central sempre será o processo de aprendizagem.

A proposta do projeto pedagógico da Escola da Serra para a Educação Infantil, é baseada em autores construtivistas que propõem o desenvolvimento da autonomia moral, do pensamento e da ação. Organiza-se segundo o conteúdo disposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e tem como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, que são linguagens essenciais da infância. A proposta pedagógica visa assegurar os direitos da criança e dos adolescentes.

Por sua vez, no ensino fundamental, que é uma etapa essencial e obrigatória da educação básica brasileira, destinada a crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece os objetivos do Ensino Fundamental, que incluem o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, a compreensão do ambiente natural e social, o fortalecimento dos vínculos de família e dos laços de solidariedade humana, entre outros (Carneiro, 2018).

A Escola da Serra tenta estruturar nesta etapa uma divisão em três ciclos de formação, que buscam respeitar os tempos e ritmos diferenciados de aprendizagem de cada aluno, garantindo processos mais inteiros e rica convivência entre estudantes de idades diferentes, além de tratar o currículo não como uma sequência arbitrária e compartimentada de conteúdos, mas como um conjunto de conhecimentos indispensáveis para a formação plural dos alunos.

Dentre os ciclos do ensino fundamental, existirá a ênfase da organização do ambiente de aprendizagem e os métodos de ensino aplicados em cada um deles. No segundo ciclo, os alunos utilizam salões equipados com recursos específicos para

cada área de conhecimento, negociando com os professores os roteiros de pesquisa e assumindo a responsabilidade pela sua aprendizagem. Já no terceiro ciclo, todas as disciplinas são lecionadas por professores especialistas e o currículo é ampliado, incluindo filosofia, sociologia, física, química e espanhol. Além disso, os alunos participam de um projeto anual de acampamento em meio à natureza, que exige habilidades práticas e conhecimentos de segurança pessoal e do grupo.

Já no ensino médio, a reflexão realizada pela a Escola da Serra, dá-se pela a importância de uma educação mais inovadora e focada no desenvolvimento dos jovens como sujeitos críticos e capazes de transformar a realidade. Existe uma necessidade de superar a dicotomia entre os modelos propedêuticos e profissionalizantes, que historicamente têm caracterizado o Ensino Médio, para uma abordagem mais integrada, baseada em princípios construtivistas e que valorize a formação sociopolítica dos alunos.

No PPC, é preciso reconhecer os alunos como sujeitos de direitos, capazes de propor e executar ações a partir de seus próprios interesses e necessidades individuais e coletivas. Para isso, é necessário um currículo que contemple múltiplas necessidades socioculturais e econômicas, articulando os processos de ensino e aprendizagem em torno de princípios como trabalho, política, ciência, cultura e autoconhecimento.

Dentre as últimas movimentações legislativas, temos o novo ensino médio, que está sendo bastante discutido a sua implementação nas escolas. Dentro da Escola da Serra segue a estratégia pelos estudos autônomos orientados e agrupados dos alunos em um único ciclo de formação. Como um dos pilares do conceito pedagógico da escola é o respeito aos ritmos individuais, a data de início de um ciclo nem sempre será a mesma para todos os alunos. A nova estrutura do ensino médio se divide em duas partes: a Formação Geral Básica (FGB) e a Formação Personalizada (FP). A FGB é de caráter compulsório e correspondente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a FP é direcionada aos interesses específicos do aluno.

A carga horária da Formação Personalizada na Escola da Serra abrange atividades de Cidadania e Projeto de Vida (CPV), atividades do Campo de Interesse Acadêmico (CIA) e Atividades Optativas. O CIA é um arranjo das áreas de conhecimento, onde o aluno escolherá uma como foco dos seus estudos visando acesso ao ensino superior.

A maior parte das atividades pedagógicas é realizada de maneira individual e autônoma, com a menor intervenção possível do professor. As habilidades de trabalho em grupo serão alcançadas em projetos em pares ou trios e em atividades conjuntas esporádicas. Um professor que pretenda reunir um grupo maior de alunos para atividade em conjunto deverá apresentar justificativa forte e plausível à consideração da Coordenação Pedagógica, que estará atenta para que a exceção não se torne regra e que não se permita o retorno à formação de turmas.

5.14 Exercício da autoridade

Percebemos, que a escola avalia o seu exercício como uma ferramenta constituída por inteiro, e não formalizada totalmente. Seria dizer, que por mais que existam orientações e determinadas condutas a serem seguidas, sempre estaremos diante de uma possibilidade de mudança de interpretações sobre como lidar e aplicar esta autoridade.

A importância da autonomia na educação e como ela é construída ao longo do desenvolvimento da personalidade, surgindo espontaneamente, mas é precedida por uma relação de heteronomia, em que o outro exige atitudes e ações adequadas da criança ou jovem. Isso contribui para que eles desenvolvam seu potencial para tomar a iniciativa independentemente do comando externo, ou seja, com autonomia (Oliveira, 2007).

Para isso, é necessário existir limites claros para a construção da autonomia e para a tranquilidade da criança e do jovem, mas que eles pressupõem o diálogo franco, a escuta atenta, a busca de compreensão de motivações, o respeito mútuo e o exercício da autoridade de maneira firme e justa, sem autoritarismo nem histeria.

Além disso, preconizam que é essencial que os alunos participem da construção de regras de convivência e de garantia do processo de aprendizagem, pois são corresponsáveis pela manutenção de um ambiente adequado à aprendizagem.

O exercício da autoridade é a contrapartida legítima e necessária de uma responsabilidade assumida, e que quanto maior a responsabilidade, maior deverá ser o nível de autoridade. Nesse sentido, o professor tem o dever de exercer um nível de autoridade necessário para que o ambiente e as relações sejam propícios à aprendizagem, sem confundir democracia com democratismo, anomia ou relaxamento (Oliveira, 2007).

A importância da postura do professor na construção de um ambiente educacional adequado para o desenvolvimento dos alunos é fundamental. O professor deve ser consistente e coerente na cobrança de atitudes e comportamentos dos alunos, evitando ameaças vazias e sendo persistente no seu papel de educador (Oliveira, 2007). Existe é lógico a importância da escuta ativa do professor ao orientar ou corrigir um aluno, porém deve ser evitado pré-julgamentos e buscando reconhecer a parcela de razão do aluno. A relação de confiança e respeito mútuo entre professor e aluno deve ser valorizada como um elemento importante para o sucesso educacional.

5.15 Estrutura funcional e formas de participação

Buscamos trazer a mesma citação apresentada pela a escola da serra, que dentro da sua estrutura organizacional divide em três níveis: direção, gerência e operacional. Na parte da direção, temos o Diretor-geral, Diretor Pedagógico, Diretora Administrativa-Financeira e Diretora de Clientes. No nível gerencial, estão a Assessora da Direção Pedagógica, os Coordenadores Pedagógicos e as Gerentes Administrativa e de Clientes. Já no nível operacional, encontram-se as unidades responsáveis pela execução das diversas atividades setoriais.

Dentro da gestão pedagógica, existem três setores, sendo eles: Coordenadores Pedagógicos, Secretária Escolar e Núcleo de Psicologia. O objetivo é explicar suas funções, responsabilidades e atribuições dentro da instituição.

Os Coordenadores Pedagógicos são indicados pelo Grupo Diretor e têm um mandato de três anos. Busca-se sempre assegurar a renovação parcial da equipe de Coordenadores para equilibrar renovação e experiência, preservando a continuidade dos trabalhos e da cultura do grupo. As atribuições desses coordenadores são responsáveis por coordenar e orientar a equipe de professores, planejar e implementar o currículo escolar, monitorar o desempenho acadêmico dos alunos e promover a integração da escola com a comunidade.

A Secretária Escolar é responsável pela guarda e emissão de documentos escolares, inclusive o Projeto Pedagógico, aderindo fielmente às diretrizes deste e à legislação educacional. Além disso, ela presta informações e atende às orientações dos representantes dos órgãos de fiscalização dos sistemas federal, estadual e

municipal de ensino. Essas funções são essenciais para garantir a transparência e a legalidade das atividades da escola.

O Núcleo de Psicologia tem como responsabilidade a criação de um ambiente de escuta para os alunos, onde eles possam se sentir à vontade para expressar seus pensamentos e sentimentos. Eles também auxiliam os alunos com deficiência ou com dificuldades escolares e coordenam a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Individual e das Orientações para a Aprendizagem. Além disso, o Núcleo participa das entrevistas de admissão, orienta os novos alunos e suas famílias, e apoia outros setores da instituição em processos de recrutamento, seleção, avaliação e capacitação de pessoal.

Também temos no PPC outras funções, como o da bibliotecária, sendo responsável pelo acervo literário e de referência da escola, selecionando, catalogando, incorporando e repondo obras de interesse. Os Auxiliares de Coordenação responsáveis por prestar apoio operacional ao Diretor Pedagógico, à Assessora da Direção Pedagógica, aos Coordenadores Pedagógicos e Tutores.

As reuniões e atendimentos aos pais são registrados por meio de atas, aplicativo ou e-mail institucional, e ficam arquivados nas pastas individuais dos alunos. Desta forma visualizamos que a escola da serra é dividida em cinco instâncias colegiadas: o Grupo Diretor, o Grupo Gestor, a Coordenação Pedagógica e o Conselho de Classe.

O Grupo Diretor é composto por quatro membros, incluindo o Diretor Geral, o Diretor Pedagógico, a Diretora Administrativo-financeiro e a Diretora de Clientes da Multiplicadora Escola da Serra. Essa instância colegiada se reúne regularmente para avaliar a execução do Projeto Pedagógico, analisar o andamento administrativo-financeiro da escola e tomar decisões estratégicas. O Grupo Diretor também pode ser convocado em caráter extraordinário por qualquer um dos seus membros.

Já o Grupo Gestor é formado pela Diretora Administrativa, a Diretora de Clientes e o Diretor Pedagógico, e se reúne semanalmente para discutir questões gerenciais e assuntos críticos relacionados ao cotidiano da instituição. Busca-se sempre a tomada de decisões por consenso, mas em casos em que isso não é possível, o assunto é encaminhado para o Grupo Diretor.

O Grupo Diretor e o Grupo Gestor têm papéis diferentes, sendo responsáveis por tomar decisões estratégicas e gerenciais, respectivamente. As informações

registradas pelos Auxiliares de Coordenação ficam arquivadas nas pastas individuais dos alunos.

A Coordenação Pedagógica é formada por diferentes profissionais da escola, que se reúnem semanalmente para tomar decisões técnicas e metodológicas relacionadas ao Projeto Pedagógico da escola. Essa instância também busca assegurar o desenvolvimento integrado da ação educativa em todos os segmentos escolares, compartilhar boas práticas e assessorar o Grupo Gestor.

As Articulações de Área do Conhecimento são formadas por coletivos de professores de cada área de conhecimento da escola, que se reúnem periodicamente com o objetivo de fortalecer a identidade da área, garantir a coesão do grupo de professores, assegurar a harmonia de sua atuação, a consistência vertical do currículo, a organicidade dos projetos desenvolvidos e a coerência das estratégias didáticas com o Projeto Pedagógico.

Sendo assim, surge o Conselho de Classe formado pelos professores de cada ciclo, sendo presidido pelo Diretor Pedagógico e reunindo-se mensalmente para deliberar sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento pedagógico e à vida escolar dos alunos. Essa instância também decide sobre a aprovação, progressão condicionada, retenção ou terminalidade específica de alunos ao final de um ciclo, e se reúne extraordinariamente para casos graves de indisciplina ou inadaptação escolar. É possível ao aluno e/ou sua família requerer revisão de deliberação do Conselho de Classe, e excepcionalmente, o Grupo Diretor pode propor a reformulação ou revogação de deliberações do Conselho de Classe.

A participação dos diferentes agentes na vida da escola, desde os funcionários de apoio até as famílias dos alunos. Já a participação dos alunos é garantida pelo seu livre acesso a qualquer nível da instituição, pelo direito de propor e realizar assembleias, de organizarem comissões e indicarem representantes de ciclo. A existência de um Grêmio Estudantil é assegurada pela lei federal e regulada por estatuto, com direito a convocar assembleias de alunos, reuniões ou eventos estudantis nas dependências da escola com a prévia ciência e anuência da direção pedagógica.

A participação das famílias é garantida por meio de uma série de encontros ao longo do ano, desde a reunião geral de pais no início de cada semestre letivo, reuniões por ciclo, plantões pedagógicos com os professores e reuniões individuais. Questões rotineiras devem ser tratadas por mensagem ou telefone, evitando sobrecarga

desnecessária aos educadores. A relação entre as famílias e a escola deve se basear na confiança mútua e se concretizar em atitudes de respeito e cooperação. A Associação de Pais da Escola da Serra é uma instância autônoma de representação das famílias dos alunos, regulada por estatuto próprio, que historicamente teve um papel importante como parceira da instituição, contribuindo para o aperfeiçoamento dos trabalhos desenvolvidos, mas que atualmente encontra-se inativa (Escola da Serra, 2023).

É importante pontuar que temos uma estrutura organizacional de grande aspecto, em que se observássemos no aspecto da escola pública temos uma composição diferente é mais complexa de proporcionar os próprios objetivos contidos na LDB. Por sua vez, a estrutura da escola por ser muito bem estruturada e dividida as funções facilitando o alcance na prática dos princípios intitulados na constituição, LDB e pela própria escola.

É lógico que isso não significa, assim como Pedro Demo (2008) e Ken Robinson (2015) afirmam que, para se ter bons resultados faz necessário de profissionais capacitados e bem estimulados, mesmo que em situações adversas.

5.16 Admissão dos alunos

Para a escola da serra, não menos importante também é a tratativa e forma de admissão dos alunos, que tem como premissa que qualquer aluno pode estudar na escola desde que demonstre seriedade de propósitos, compromisso com sua formação e sintonia com a proposta pedagógica da escola.

O processo de admissão consiste em conhecer o aluno e sua família, suas potencialidades e dificuldades, história escolar, propósitos para o futuro e motivação para estudar na escola. Alunos com seis anos até 31 de março do ano em curso serão classificados no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, e nos demais casos, a classificação será efetuada de acordo com o histórico escolar. O indeferimento de uma solicitação de matrícula poderá ocorrer por diversos motivos, como a inexistência de vagas, incongruência entre os valores da escola e os da família/aluno, entre outros.

A respeito de tal aspecto podemos destacar o artigo 24, inciso II, alíneas a, b e c, que destacam:

de acordo com as seguintes regras comuns:

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

- a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;
- b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;
- c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino; (Brasil, 1996).

Para Carneiro (2018) o artigo 24 faz correlação com o artigo 12 do mesmo diploma legal, justamente entre as incumbências de elaborar e executar sua proposta pedagógica englobando desde a proposta pedagógica, certificação e conhecimento. É lógico que o sistema de ensino regulamenta a matéria possibilitando que a escola avalie o grau de desenvolvimento do candidato, mas somente este pode incorporar ou não dentro do patrimônio do conhecimento adquirido.

É interessante ressaltar que no contexto do ensino público, avaliar o interesse acadêmico dos alunos e sua dedicação é uma tarefa desafiadora. Seria necessário realizar uma pesquisa específica para mensurar os índices de alunos que realmente se comprometem desde o momento da matrícula na Escola da Serra. No entanto, no ensino público em geral, a obrigação constitucional de fornecer educação de qualidade a todos os indivíduos, independentemente de seu interesse ou motivação, agrava significativamente a situação. Portanto, é fundamental desenvolver boas práticas pedagógicas que incentivem a participação e engajamento dos alunos, a fim de evitar a evasão escolar.

5.17 Classificação e reclassificação

Neste tópico, a classificação e reclassificação de alunos dentro das escolas. Para a classificação é o posicionamento do aluno em uma etapa compatível com sua idade, experiência e nível de conhecimento, normalmente por promoção de um nível para outro.

Já a reclassificação é o reposicionamento do aluno em uma etapa diferente daquela indicada em seu histórico escolar, podendo ocorrer por aceleração de estudos, avanço em curso ou série ou por aproveitamento de estudos realizados com êxito (Oliveira, 2007). Assim, a Escola da Serra compreende a reclassificação resultante desses processos como um direito do aluno e da família, e que os critérios

e procedimentos devem ser rigorosos para garantir a transparência e legitimidade do processo.

Estas diferenças de reclassificação e a aceleração de estudos é uma forma de proporcionar aos alunos com atraso escolar a oportunidade de atingir o nível correspondente à sua idade. O avanço, por sua vez, é uma maneira de propiciar ao aluno que tenha atingido a meta do ciclo antes do prazo normal ou que apresente desempenho notavelmente superior ao nível em que esteja classificado a oportunidade de adiantar-se para etapas mais avançadas do processo de aprendizagem (Oliveira, 2007). Pode ocorrer, e lógico o aproveitamento de estudos é a possibilidade de validar estudos realizados com êxito pelo aluno em outras instituições ou mesmo fora da escola.

Importante trazer os aspectos descritos por Carneiro (2018), que aborda em seu livro sobre a LDB que no artigo 24, inciso II, alínea “c” que trata do reconhecimento de aprendizagens desenvolvidas independentemente da escolaridade anterior, mesmo fora do ensino regular porque a real importância e sobre o conhecimento formalmente sistematizado.

Na mesma linha teórica, o mesmo autor menciona que o sistema de progressão e reclassificação é composto por uma camada de dificuldade operacional, principalmente pela a cultura da construção curricular que em contrapartida tem ausência de um projeto pedagógico estruturado, próprio e capaz de ser executado.

Para Carneiro (2018), o processo poderia ser positivado se dentro do ensino fundamental fosse aplicado a estrutura em ciclos (Art. 32, §1º), no ensino médio uma organização curricular que realce a plurissignificação dos conteúdos curriculares e as atividades contínuas de reconstrução dos saberes aos alunos, principalmente voltada a educação profissional, com o uso de mecanismos de modularização, ou seja, a não fragmentação e estanque das disciplinas, mas o uso efetivo dos conteúdos, em que por suas próprias palavras menciona:

Na verdade, constata-se que a escola brasileira vai deixando de lado a possibilidade da oferta de matrícula por disciplina, para se concentrar na oferta seriada. De um lado, pelas dificuldades na área dos registros escolares e, por outro, porque os custos aumentam à medida que demandam mais professores, além de ter uma baixa repercussão na integralização de estudos por parte dos alunos com maiores condições de aprendizagem (Carneiro, 2018, p. 458).

Com base nos aspectos mencionados, pode-se inferir que os resultados positivos alcançados pela Escola da Serra, objeto de discussão neste trabalho,

possivelmente decorrem de uma estruturação adequada do projeto pedagógico e dos esforços em sua implementação. É importante ressaltar que o termo "tentativa" é utilizado aqui, uma vez que, conforme mencionado na introdução do documento que sistematiza o projeto, trata-se de um trabalho contínuo e em constante aprimoramento.

A reclassificação, e os procedimentos necessários devem ser seguidos. No caso de aceleração de estudos, o Conselho de Classe poderá autorizar a reclassificação para o ciclo seguinte se o aluno alcançar domínio de todos os objetivos do ciclo em prazo menor que três anos, independentemente da época. Para reclassificação visando adequação ao nível de conhecimento - avanço ou regresso - o Conselho de Classe também deliberará sobre proposta apresentada pelo Tutor com a prévia anuência da família. No caso de aproveitamento de estudos, o responsável pelo aluno deve fazer uma solicitação fundamentada demonstrando a correspondência de estudos concluídos em relação aos componentes curriculares da Escola da Serra.

Em todas as hipóteses descritas, a reclassificação deve ser vista como uma conquista, não uma benesse. Alunos que demonstrem alta proficiência em algum dos componentes curriculares poderão ser dispensados da frequência a componentes específicos para dedicar esse tempo ao estudo de outras disciplinas, conforme o texto do PPC.

6 CONCLUSÃO

Diante da análise documental e bibliográfica desenvolvida no decorrer da pesquisa conseguimos perceber que em se tratando da viabilidade ou não da criação de escolas inovadoras no Brasil, é permitido legalmente desde que dada publicidade da modalidade de ensino a todos aqueles que possuem o interesse em fazer uso deste tipo de ensino. Essa permissão é transmitida através da própria LDB, que deixa abertura em toda a escrita da lei, por insinuar regramentos como carga horária mínima, forma de ensino, avaliações e demais elementos compostos pelo o ensino tradicionalista como meras sugestões, cabendo a cada unidade escolar optar por seguir ou não.

A legislação em seu artigo 79, dispõe sobre o ensino disruptivo como um ensino experimental, por não existir possibilidades de na época de sua promulgação delimitar a sua modalidade de funcionamento, deixando aos gestores, professores e demais profissionais a escolha de suas regras.

Aponta por uma escolha através das necessidades de cada comunidade e também pelo o interesse dos gestores em desenvolver um ensino inovador e completo com cada particularidade estudantil. Concordamos com o autor Pedro Demo (2008), que aborda em seu livro sobre a LDB, que a lei ao deixar abertura normativa dando esse ato de optar para os profissionais da educação, uma possível lacuna normativa em que pode ou não, a depender da forma em que este diretor tem sobre como deve ser desenvolvido a educação, daí temos uma grande dificuldade prática por muitos ainda acreditarem que o ensino tradicionalista e o único aceito pelos alunos e principalmente pelos pais.

Temos a partir de então, o conhecimento de que a lei não impede a existência de novas escolas, motivos pelos quais vem a escola da Serra atuando a tanto tempo, sem nenhum problema legislativo ou processual. Cabe agora a mudança no modo de pensar sobre as escolas e seu papel, dando o segundo passo em direção a uma instituição de ensino que atenda às suas necessidades. É preciso de algo que possa acomodar as propostas curriculares que de fato tragam um perfil disruptivo e um ensino democrático, que reforce a autonomia dos estudantes e tenha o aluno como centro do seu próprio pedagógico.

Traçamos os objetivos que pudessem guiar desde o primeiro momento do marco teórico desta pesquisa e a escolha dos autores que nos ajudaram a

compreender o que, para alguns, são barreiras legais para implantar uma estrutura escolar que atenda a demanda da sociedade contemporânea. Foi igualmente importante traçar objetivos para análise legislativa a fim de compreender o projeto pedagógico da escola da serra e toda sua formação desde 2003 até os dias atuais, escola disruptiva e inovadora: sendo um dos instrumentos fundamentais para a concretização da pesquisa.

A escola da Serra serve como um dos exemplos de nosso país que mostra experiências que geralmente não aparecem nos padrões brasileiros. A princípio, percebe-se que o ensino é conduzido a todo momento e a qualquer lugar, dentro e fora da escola, sendo bastante valorizado o conhecimento adquirido fora da estrutura escolar. Aliás, não é uma estrutura pedagógica que estabelece o dentro e o fora da escola, como tradicionalmente se vê, nesse caso, verificamos que a escola se estende para além dos limites arquitetônicos e de acompanhamento imediato dos professores. Vimos também que a liderança e o clima organizacional da escola são dois elementos essenciais para um bom desempenho de uma escola inovadora.

A liderança administrativa, como disse Ken Robinson (2015), deve ser o espelho da escola, e talvez seja um dos problemas da atualidade sobre aplicação de escolas inovadoras, e claro que não excluimos aqui o aspecto financeiro. Esta importância se torna ainda maior quando a escola se encontra em um local periférico ou sem grandes expectativas de ação efetiva do poder público

Entendemos que para a Escola da Serra, a gestão escolar com objetivos claros foi fundamental para a sua própria criação e para o seu desenvolvimento. O fundador Sérgio Godinho atuou ativamente para a sua criação, conforme histórico e constante no próprio projeto pedagógico para aceitação dentro da secretaria de educação municipal de Belo Horizonte- Minas Gerais.

A LDB orienta como podem funcionar as instituições de ensino, mas deixando claro que permite que a administração escolar se baseie em outras formas de estrutura pedagógica. A BNCC contempla uma diversidade de metodologias.

Trazendo a problematização inicial sobre a busca pelos mecanismos utilizados pela a Escola da Serra para sua constituição? Em que após todo desenvolvimento da pesquisa podemos concluir que tenha sido a própria LDB, pelo o seu caráter sugestivo. Buscaram elaborar um projeto pedagógico abrangente, inclusive bastante similar aos escritos do fundador Sérgio Godinho em seu livro: A nova educação e você

- o que os novos caminhos da educação básica pós- LDB têm a ver com educadores, pais, alunos e com a escola (2007).

A Escola da Serra é um exemplo vivo de que é possível existir escolas que façam algo para melhorar a realidade dos nossos alunos e possam atender as demandas da sociedade contemporânea. Entendemos, assim como o fundador da escola da serra, que a legislação não é um empecilho para implantar escolas preocupadas não só nos resultados acadêmicos, mas também com os cidadãos que estamos formando para a vida em sociedade. Ela mostrou ainda que para a criação não é necessário fazer uma seleção de alunos ou ter recursos materiais e humanos extraordinários disponíveis, mas sim ter objetivos claros para que todos entendam o propósito e trabalhem juntos para alcançá-lo.

Com essa constatação, não se pretende negar ou dar força às vozes contrárias à justa reivindicação das escolas públicas por melhores recursos financeiros. Mas o objetivo é mostrar que a falta de recursos também não pode ser utilizada como justificativa para manter uma estrutura pedagógica tradicional ao ponto de não atender satisfatoriamente às demandas da sociedade contemporânea. É importante frisar, como narrado pelo próprio gestor da Escola da Serra, professor Sérgio Godinho, que as mudanças acontecem aos poucos, mas ela tem que acontecer.

● REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. (coord.). **Escolas inovadoras**: experiências bem-sucedidas em escolas públicas. Brasília: UNESCO, 2003.

ANDERSON, J. R. Acquisition of cognitive skill. **Psychological Review**, v. 89, p. 369-406, 1982.

AUSUBEL, D. P. A subsumption theory of meaningful verbal learning and retention. **Journal of General Psychology**, v. 66, p. 213-224, 1962.

BICKHARD, M. Constructivisms and Relativisms: A Shopper's Guide. *In*: MATTHEWS, M. (ed.). **Constructivism in Science Education – A Philosophical Examination**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1998. p. 99-112.

BOLÍVAR, A. **Melhorar os processos e os resultados educativos**. O que nos ensina a investigação. Porto: Fundação Manuel Leão, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 3, de 8 de outubro de 1997**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECEBN31997.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 28 de maio de 2009**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_resolucaoceceb002_09.pdf?query=M%C3%89DIO. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRUNER, J. S. **The process of education**. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

CARNEIRO, M. A. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

CHRISTENSEN, C. M. **The innovator's dilemma**. Harvard: Harper Collins Publishers, 2002.

COLEMAN, J. S. *et al.* **Equality of educational opportunity**. Washington, DC: National Center for Educational Statistics, 1966.

COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, Á. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens**. São Paulo: Penso, 2014.

DEMO, P. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas-SP: Papirus, 2008.

DEMO, P. **Aposta no professor: cuidar de viver e de trabalhar com dignidade**. Porto Alegre; Mediação, 2007.

DEMO, P. **Aprendizagem no Brasil: ainda muito por fazer**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

DEMO, P. Rupturas urgentes em educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 69, p. 861–871, dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000400011>. Acesso em: 26 fev. 2022.

DUDERSTADT, J. J. **A university for the 21st Century**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2003.

ESCOLA da Serra. **Projeto Pedagógico da Escola da Serra de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Escola da Serra, 2023.

ESCOLA da Serra. **Projeto pedagógico e Regimento escolar**. Belo Horizonte. 2021. 88 p.

FERREIRO, E. **Les relations temporelles dans le langage de l'enfant**. Genève: Librairie Droz, 1971.

FREIRE, P. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. Decadência do Patriarchado Rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1990

GIL, José. **Portugal, hoje**. O Medo de Existir. Lisboa: Relógio D'Água, 2005.

HERNANDEZ, F. Repensar a função da escola a partir dos projetos de trabalho. **Pátio, revista pedagógica**, v. 6, p. 26-48, 1998.

HORN, M. B.; STAKER, H. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Trad. De M Cristina G. Monteiro. Porto Alegre: Penso 2015.

JEFFERSON, T. **The works of Thomas Jefferson**. Nova York: G. P. Putnam, 1904.

KAMII, C. An application of Piaget's theory to the conceptualization of a preschool curriculum. *In*: PARKER, R. K. (ed.). **The preschool in action**. Boston: Allyn & Bacon, 1972.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994. (Original publicado em 1787).

LA TAILLE, Y. J. J. M. R. de. Yves de La Taille. **Contra Pontos - Revista de educação da Universidade do Vale do Itajaí**. Itajai, SC: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2006.

LIMA, L. C. La Gestión Educativa Universitaria. *In*: CASALI, A.; LIMA, L.; NUÑEZ, C.; SAUL, A. M. **Propuestas de Paulo Freire para una Renovación Educativa**. Guadalajara: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (ITESO), 2005, p. 139-152.

LIMA, L. C. **Organização escolar e democracia radical**. Paulo Freire e a Governação Democrática da Escola Pública. 4ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MATURANA, H. R. & VARELA, F. **El árbol del conocimiento**: las bases biológicas del conocimiento humano. Madrid: Debate, 1996.

MATURANA, H. R. **La realidad ¿objetiva o construida?**: I fundamentos biológicos de la realidad. México: Anthoropos, 1995.

MERTENS, D. M. **Research methods in education and psychology**: integrating diversity with quantitative & qualitative approaches. London: Sage Publications, 1998.

MÉSZÁROS, I. Política radical e transição para o socialismo: reflexões sobre o centenário de Marx. *In*: CHASIN, J. (org.). **Marx hoje**. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1988.

MILLER, D. C. **Handbook of research design and social measurement**. 53. ed. London: Sage Publications, 1991.

MOORE, G. W. **Developing and evaluating educational research**. New York: HarperCollins Publishers, 1983.

MORAES, R. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAN, J. Educação Híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje. *In*: BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. de M. (org.). **Ensino híbrido**: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

MOSER, A. **A transformação digital**: o futuro no presente da educação. Palmas, TO: EDUFT, 2021.

Niaz *et al.* Constructivism: defense or a continual critical appraisal. **Science & Education**, v. 12, n. 8, p. 787-797, 2003.

NOVAK, J. **Human Constructivism**: A Unification of Psychological and Epistemological Phenomena in Meaning Making. Comunicação apresentada na “*The Fourth North American Conference on Personal Construct Psychology*”, San Antonio, Texas, 1990.

OLIVEIRA, S. G. **A nova educação e você** - o que os novos caminhos da educação básica pós - LDB têm a ver com educadores, pais, alunos e com a escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 200 p.

OLIVEIRA, S. G. **A nova educação e você** - o que os novos caminhos da educação básica pós- LDB têm a ver com educadores, pais, alunos e com a escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 200 p.

PERRENOUD, P. **Os ciclos de aprendizagem**: um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PIAGET, V. **Maturana**: constructivismo a três voces. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2008.

PRESTES, N. M. H. A educação, a razão e a autonomia. **Educação e filosofia**, Uberlândia, MG, V. 7, n. 13, jan/jun. 1993, p. 61-70.

ROBINSON, K. **Creative schools**: the grassroots revolution that's transforming education. New York: Penguin Books, 2015.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SMITH, J.; JOHNSON, S.; BROWN, D. **Educação no Século 21**. São Paulo: XYZ, 2022. SMITH *ET AL.* 2022

STAVER, J. Constructivism: Sound Theory for Explicating the Practice of Science and Science Teaching. **Journal of Research in Science Teaching**, V. 35, n. 5, p. 501-520, 1998.

SELLTIZ, Claire et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder, 1967.

TARDIF, M. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria como profissão de interações humanas. Tradução: João Batista Kreuch. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

VARELA, F. **Conocer**. Barcelona: Gedisa, 1998.

VEIGA, I. P. A. **Educação básica**: projeto político-pedagógico. Educação superior. Campinas, SP: Papirus, 2003.

VYGOTSKY, L.S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

WEIL, C. E. **Presses Universitaires de Lille**: Lille, 1993, p. 133-142. (Publicada originalmente em *Critique*, v. 1, n. 7, 1946, p. 644-652).

WEIL, E. **Escritos sobre educação e democracia**. Organização e tradução: Judikael Castelo Branco. Palmas, TO: EDUFT, 2021. 232 p.

WEIL, E. **La culture, Philosophie et réalité II**. Paris: Beauchesne, 2003.

WEINSTEIN, C. E.; MAYER, R. E. The teaching of learning strategies. *In*: WITTROCK, M. (ed.). **Handbook of research on teaching** (p. 315-327). New York: Macmillan, 1986.

WITTROCK, M. C. **La investigación de la Enseñanza I** – Enfoques, teorías y métodos. Barcelona: MEC, Paidós, 1989.

ZWEIG, S. **O Mundo de Ontem**. Recordações de um Europeu. Lisboa: Assírio & Alvim, 2005.